



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0201/14	DATA: 26/03/2014	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 10h38min	TÉRMINO: 13h29min	PÁGINAS: 62

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PAULO BERNARDO SILVA - Ministro de Estado das Comunicações.

SUMÁRIO

Debate sobre as ações realizadas pelo Ministério das Comunicações em 2013 e as ações prioritárias planejadas para 2014.

OBSERVAÇÕES

**Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.**



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Declaro aberta a presente reunião de audiência pública, fruto do Requerimento nº 298, de 2014, de iniciativa dos nobres Deputados Sandro Alex e Margarida Salomão, acerca de ações do Ministério das Comunicações realizadas em 2013, bem como das ações prioritárias planejadas para 2014.

Foi convidado para falar sobre o assunto o titular da Pasta, o Exmo. Sr. Ministro Paulo Bernardo Silva, a quem já passarei a palavra. Antes, cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes, os Deputados desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que têm se dedicado muito, Ministro, no sentido de ouvi-lo. O primeiro convite que foi feito sob a minha presidência e com a participação de todos os membros da Comissão era no sentido de ouvi-lo, para que a gente possa avançar com propostas de políticas públicas voltadas para a área específica de V.Exa.

Dando início às atividades, passo a palavra ao Ministro Paulo Bernardo, para a sua exposição, pelo tempo regimental de 30 minutos. Se V.Exa. tiver interesse, faremos uma prorrogação do seu tempo. Em seguida, ouviremos também os Parlamentares que quiserem utilizar a palavra.

Tem a palavra V.Exa., Ministro Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Muito obrigado, Presidente Ricardo Tripoli. É uma satisfação, mais uma vez, comparecer a esta Comissão, que tanto nos ajuda, tanto tem nos apoiado. Quero parabenizar V.Exa. pela eleição para a presidência. Com certeza, vai encontrar algumas novidades, porque a sua área de atuação não era exatamente esta, eu sei. Prevejo que V.Exa. vai se apaixonar por esta área. Realmente é muito empolgante, há assuntos muitos interessantes aqui. Acabei de saber que, ontem, a Câmara aprovou uma PEC que inclui inovação na Constituição. Com certeza, isso tem que ser comemorado. Quero parabenizar os Parlamentares que se empenharam nisso.

Presidente, passando à exposição, queria falar um pouco da nossa área, começando por telecomunicações, abordando mais especificamente os temas de infraestrutura, as ações regulatórias e as ações fiscais.

Na área de infraestrutura, nós avançamos razoavelmente com a construção de redes pela TELEBRAS, que fechou o ano de 2013 com 16.700 quilômetros de



fibras em operação. Isso significa 4.700 quilômetros a mais do que em 2012. Ainda há a previsão de implantação de mais 12 mil quilômetros. Mas, hoje, a TELEBRAS está em operação em 22 Estados mais o Distrito Federal.

Também queria assinalar os investimentos que estão sendo feitos na Região Norte. Desde o final de 2011, nós, atendendo às cobranças e às justas reivindicações da bancada da Região Norte, resolvemos acelerar os investimentos naquela Região. Eu queria dizer que nós já estamos fazendo oferta de banda larga no atacado em Palmas, Tocantins; em Belém, Pará. Isso é importante porque, na verdade, a TELEBRAS vende no atacado, o que propicia que vários provedores, comprando essa capacidade, operem no varejo. O primeiro efeito é que diminui o preço e, evidentemente, pela competição, melhora a qualidade do serviço que é oferecido. Também passamos a oferecer banda larga no atacado em Porto Velho, Rondônia; em Rio Branco, Acre.

Também uma coisa importante, que foi finalizada no ano passado, foi o processo de contratação da construção e lançamento para o nosso satélite geoestacionário brasileiro, que vai servir para as comunicações estratégicas do Governo, comunicações militares, diplomáticas, mas a maior parte da sua capacidade será utilizada para banda larga, principalmente na Região Norte, mas também em outras regiões que precisam ser acessadas por satélite.

Em 2014, nós passaremos a disponibilizar banda larga no atacado em Macapá e em vários outros Municípios do Estado do Amapá. Aliás, esses dias, a mídia destacou que o Amapá deixou de ser o único Estado que não tinha conexão com fibra ótica com o restante do Brasil. Então, isso foi feito pelo linhão de Tucuruí, que atravessou o Rio Amazonas e depois bifurcou para Manaus e para Macapá. A linha está instalada e vai começar a ser vendida a Internet lá, com certeza uma transformação para a população que fica ao norte do Rio Amazonas, de várias cidades, principalmente Manaus e Macapá.

Além disso, nós continuamos discutindo para fazer investimentos em cabo submarino. Achamos que é importante o projeto, que nós estamos trabalhando, de fazer um cabo submarino para a Europa. Isso nos dá uma conexão mais direta para aquele continente e possibilita intercâmbio e troca de informações. Também já temos anunciado a construção de cabo submarino do Brasil para Angola. Na



verdade, é uma conexão com a África, porque ele vai para Angola, depois África do Sul e também vai nos conectar com um cabo que margeia a costa oeste da África, que vai até a Europa. Então, nós teremos mais uma conexão.

E lançamos um programa, em parceria com a FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos, com dinheiro do FUNTTEL — Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, para fazer inovação na área de telecomunicações. Fizemos uma chamada de projetos. Foram apresentados cerca de 7 bilhões e 300 milhões em projetos. Nós achamos que alguns não vão persistir porque não têm todos os requisitos técnicos, mas, com certeza, vão sobrar ali de 5 a 6 bilhões de projetos, que nós vamos ter que selecionar e ver quais vão ser financiados pela FINEP.

Na área de ações regulatórias, eu queria destacar o regulamento chamado EILD, que é Exploração Industrial de Linha Dedicada — isso é basicamente o comércio, no atacado, de capacidade de rede —, e também o Plano Geral de Metas de Competição, que trabalha mais ou menos associado com o EILD.

O que temos que destacar nisso é que pela primeira vez a ANATEL entrou na regulação do atacado das telecomunicações. A ANATEL se fixava muito no varejo, passou a trabalhar no atacado. Com certeza, isso vai significar um aumento da competição, menores preços. Por exemplo, pequenos provedores terão que, obrigatoriamente, receber ofertas das grandes empresas nas regiões onde elas dispõem de rede. Então, a empresa não pode simplesmente deter uma rede e não oferecer para o mercado. Inclusive, a ANATEL fez um sistema pelo qual vão passar todas as negociações, um sistema de transações *on-line*: as empresas cadastram os pedidos e as ofertas e fecham as operações de maneira transparente. Isso evita que um fornecedor discrimine um consumidor, uma pequena empresa — “*Você vai pagar tal preço*”. E depois a gente descobre que é três vezes o que o outro paga. Na verdade, as ofertas têm que ser isonômicas.

Foi feito em 2012, mas continua melhorando as condições, o regulamento da qualidade da banda larga. No final de outubro do ano passado, os mínimos para a qualidade na Internet passaram a ser, num momento qualquer, 30% daquilo que foi contratado. O percentual não pode ser em nenhum momento menor que 30. Na



média, o fornecimento tem que ser 70% do que foi contratado. Então, se o cliente contratar 10 megabits, ele tem que receber em média, no mês, 7 megabits — 70%.

Acho que todo mundo entende o porquê disso. Se você quiser comprar 10 megabits cheios — *“Eu quero uma ligação exclusiva de 10 megabits que não pode variar mais de 1% ou 0,5%”* —, isso existe no mercado, mas é evidente que é uma ligação muito mais cara. Nós estamos falando de Internet no varejo. As empresas passam o cabeamento ou fazem as redes móveis numa determinada região e vendem para muitas pessoas. Então, elas têm que gerenciar de modo que ninguém fique com menos de 70% do que foi contratado.

E agora a ANATEL acaba de aprovar o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor, estabelecendo cláusulas de cobrança, transparência nas faturas, as formas de atendimento ao consumidor. Nós, inclusive, prevemos que nos próximos anos essa questão terá que ser muito olhada, porque é cada vez maior a cobrança. As pessoas passaram a usar em massa. Já temos mais de 100 milhões de pessoas usando a Internet. Por exemplo, noventa e tantos por cento das pessoas usam telefone. Então, nós temos que cuidar, também, dessas relações. Não há como fugir disso. E acho que a ANATEL está fazendo um bom trabalho nessa regulação.

Na área fiscal, nós desoneramos *modems*, *tablets* e *smartphones*. Eu acho que essa foi uma ação importante. Nós fizemos a desoneração dos *smartphones* em março do ano passado, a regulação. No segundo trimestre, ou seja, até junho do ano passado, a venda de *smartphones* já foi maior do que a dos celulares comuns. Então, as pessoas passaram, de fato, a usar o *smartphone*. O preço baixou muito. A gente tem visto isso aí. Lembro que, em 2012, eu disse que iria ter *smartphone* de 200 reais. E várias vezes fui cobrado pela mídia, porque começava a demorar, e o pessoal falava: *“Cadê? Você disse que era até o Natal; não aconteceu”*. Mas eu ouvi, esses dias, as empresas falando já em fornecer com outro sistema operacional, o Firefox, e fazer na faixa de 40 dólares um *smartphone*. Talvez então a previsão que a gente fez naquela época esteja para ser superada. O número de *smartphones*, atualmente, está em 58%, dos aparelhos usados. E nós desoneramos *smartphone* até 1.500 reais. E a estimativa que a gente tem é que o que foi desonerado já significa um 1 bilhão de reais. Na verdade, significa o seguinte: 1 bilhão de reais foi repassado, em forma de queda de preço, para o consumidor. Já



são 150 modelos fabricados no Brasil que foram contemplados. E também tivemos catálogos de 216 aplicativos, produzidos por 81 grupos. Nós exigimos que houvesse aplicativo nacional também. Então, 216 aplicativos foram apresentados.

Fizemos um regime especial para a tributação do Plano Nacional de Banda Larga. Na prática, o que fizemos foi tirar os impostos federais para a construção de infraestrutura.

Passando adiante, Presidente, um número que eu acho que é importante: a Internet fixa — contando o início de 2011 até o final de 2013 — cresceu 46% no Brasil. A Internet móvel cresceu 416%. E o número de cidades com 3G saiu de 824 para 3.190, um crescimento de 287%.

Eu acho que uma coisa que salta aos olhos, quando mostramos esses dados, é que cada vez mais nós vamos ter que nos convencer de que a disseminação generalizada da Internet vai ser pela via móvel, pelas dimensões do Brasil, pelo tamanho, pela nossa população, pela diferença de preço. Cada vez mais, as pessoas vão querer se conectar por via móvel, o que é até natural. O Zé Simão disse que quem fica parado é poste. Ninguém quer um aparelho telefônico com fio na parede, porque, se o indivíduo anda com um no bolso... Isso vale também para a Internet. Hoje, o *tablet* já é vendido mais que computador, no Brasil e no mundo inteiro. Cada vez mais isso vai ser presente. Então, isso significa que as empresas vão ter que reforçar muito as suas redes móveis. Nós vamos ter que criar condições e cobrar que isso aconteça, porque quem não tem telefone fixo não quer mais, não vai comprar, e quem tem, de maneira geral, está querendo sair, porque os custos são diferentes, há inconveniências. Então, são muito interessantes esses dados.

A chamada Banda Larga Popular, que foi fruto de um acordo que nós fizemos com as empresas em 2011, chegou a 4.431 Municípios brasileiros. Isso dá em torno de 80% das cidades; são 2 milhões e meio de casas conectadas. Nós estamos falando de Internet banda larga fixa. E, no último trimestre de 2013, o número aumentou, são mais 734 Municípios.

Por região, Presidente, a banda larga teve um crescimento, entre dezembro de 2010 e janeiro de 2014, de, em média, 500%, mas os números mostram que a banda larga móvel cresceu muito mais do que a fixa. A fixa cresceu 41% nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; cresceu 81% na Região Nordeste; e 89% na



Região Norte. Provavelmente, com essas novas fibras, agora vai crescer muito rapidamente também na Região Norte. Mas o que está crescendo mesmo são as redes móveis. A tarja em preto mostra, no Norte, 451% de crescimento; no Nordeste, 457%; e, nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que de certa forma já são muito mais atendidas, o crescimento é menor, também por causa disso.

Aqui estão alguns dados do programa Inova Telecom, de que eu falei. A demanda foi de 7 bilhões e meio. Nós vamos fazer o primeiro aporte de 1 bilhão e meio de investimento. As áreas temáticas são: comunicações estratégicas, telessaúde e algumas outras que estão listadas no programa.

Uma ação que está acontecendo e que eu queria destacar — a ANATEL tem feito isso de maneira gradativa, para melhorar o preço — é a redução do chamado VU-M. Isso é fruto de grandes discussões no Congresso. Há Parlamentares que nos convidam o tempo todo ou que vão ao Ministério para discutir isso. O VU-M é a tarifa de interconexão do fixo para o móvel ou do móvel para o móvel. A ligação custava em torno de 54 centavos por minuto, e a ANATEL fez um plano que vai reduzir para cerca de 17 centavos, até o início do ano que vem. Depois disso, nós vamos fazer uma migração para o que chamamos de valor de custo. Foi elaborado um modelo de custo do serviço de acordo com o custo internacional, porque, na Europa, como exemplo, na França custa 2 centavos de euro e em outros países 3 centavos, 4 centavos de euro. Quer dizer, isso custa o equivalente a 10 centavos no Brasil. Aqui ainda está em torno de 27 centavos, 28 centavos. Nós estamos fazendo uma redução e vamos continuar fazendo.

Os compromissos de qualidade e a questão da cobertura. Uma coisa importante que começou a acontecer neste ano é a cobertura da área rural. Acho que os Parlamentares que já eram da Comissão lembram que isso foi colocado no leilão de 4G feito em 2012. Nós estabelecemos, para fazer a cobertura da área rural, o prazo dos anos de 2014 e 2015. Neste primeiro semestre de 2014, as empresas foram divididas por áreas e têm que cobrir 30% das localidades; até o final de 2014, mais 30%, completando 60%; e, durante o ano de 2015, o restante. Isso significa que todo o interior do Estado de São Paulo, onde evidentemente é muito mais fácil fazer o atendimento, porque já tem muita infraestrutura, até o final de 2015 terá



Internet na área rural também. E, como obrigação adicional, as empresas têm que atender 96% do total das escolas rurais que ainda não são atendidas.

Só para lembrar os compromissos de cobertura 4G, na banda larga urbana, as metas de atendimento até 30 de abril de 2013, que já passou, eram os Municípios-sede da Copa das Confederações. Até o final do ano de 2013, todos os Municípios da Copa do Mundo teriam que estar — e estão — conectados. Isso significa 35 milhões de habitantes potencialmente cobertos. Para o fim de maio de 2014, portanto, daqui a 2 meses, as Capitais e Municípios com mais de 500 mil habitantes, e depois, final de 2016, Municípios com mais de 200 mil habitantes e... Aliás...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - É, está igual. E os Municípios com mais de 100 mil habitantes. Eu vou, depois, verificar se essa data está correta, porque há dois quadros com a mesma data. É possível que seja junho de 2016, porque também havia um compromisso atrelado às Olimpíadas. Então, eu queria pedir para o meu pessoal...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - É, deve ser 30 de junho.

Para 2014 nós continuamos fazendo uma revisão do Plano Nacional de Banda Larga. De maneira geral, tenho chamado de Plano Nacional de Banda Larga 2.0, com o objetivo de aumentar a velocidade e a cobertura das redes fixas e propiciar mais qualidade e velocidade.

Também estamos avançando, como foi dito, na questão da banda larga das escolas rurais. Estamos preparando uma licitação para a frequência de 700 megahertz. Essa é de grande complexidade, porque é a frequência usada pelas televisões. Então, nós temos que fazer a licitação, mas temos que providenciar a desocupação da faixa também. Então, ao mesmo tempo, estamos fazendo replanejamento de todos os canais de televisão do Brasil. Vamos atribuir par digital para quem não tem ainda e fazer as mudanças.

Uma coisa importante, que com certeza vai ser muito debatida nesta Casa, é o chamado Plano Geral de Metas para a Universalização — PGMU, que é a revisão quinquenal do contrato de telefonia fixa. Esse PGMU já está na quarta revisão. A



concessão vai até 2025, e nós temos a obrigação de, a cada 5 anos, fazer revisão. E já foi iniciada formalmente. Já se soltaram os editais, essas coisas. Quer dizer, assim que começar a haver contribuições, com certeza a Câmara e o Senado vão querer discutir isso também.

Ainda precisamos resolver duas ações, que são a desoneração das pequenas estações satelitais, receptoras satelitais, e a desoneração das conexões máquina-a-máquina.

Alguns temas importantes que estão em tramitação.

Há o regulamento do uso de postes. Não sei se o Deputado Tripoli já ouviu falar nisso. Eu também nunca tinha ouvido falar. Depois que eu fui lá para o Ministério das Comunicações foi que descobri que há uma briga por causa dos postes. Os postes urbanos, que normalmente pertencem às empresas elétricas, são usados também pelas empresas de telecomunicações. E há uma briga medonha para decidir a questão do preço, quanto é cobrado, e às vezes a questão de formação de monopólio. Aluga-se o poste, só deixa passar uma ou duas empresas e não deixa passarem as outras, não deixa os pequenos passarem. Quando a gente vê aquele monte de fios num poste — o senhor já conhece esse fenômeno; o senhor, inclusive, trabalha na área ambiental —, acontece um fenômeno muito comum: a empresa põe um cabo novo no poste e não retira o antigo, para guardar o lugar lá, para não deixar ninguém usar. Então, esse regulamento vai dizer o seguinte: você só pode ter um ponto no poste. E se o cabo não estiver sendo usado, vai ser retirado. Então, o uso do poste é um problema sério, Deputado.

Há também a aprovação da Lei das Antenas, que foi aprovada na Câmara e tramita... Perdão, foi aprovada no Senado e está em tramitação na Câmara, que nós também achamos muito importante.

Eu vou falar um pouco da Copa do Mundo. Nós temos um compromisso, acho que chamado Protocolo 11, com a FIFA, segundo o qual o Governo brasileiro se comprometeu a fazer fibras e conexões suficientes para serem feitas as transmissões por televisão.

Todo o mundo sabe que a Copa do Mundo precisa do estádio, do gramado em perfeitas condições, de segurança e de televisão. A abertura da Copa normalmente é vista por 500 milhões de pessoas. E, no jogo de encerramento, a



previsão é de haver 1 bilhão de pessoas assistindo. Então, nós estamos fazendo redes de alta capacidade, através da TELEBRAS. Isso, na verdade, significou o seguinte: antecipação, em 5 anos, dos investimentos da TELEBRAS, porque vai acabar a Copa, e as redes vão estar aí. Aliás, nas cidades que sediaram a Copa das Confederações, temos um conjunto de redes de altíssima capacidade, e, à medida que elas forem tendo a sua distribuição assegurada, nós vamos melhorar muito a infraestrutura, por conta disso. Quer dizer, vai ser usada na Copa, mas ficará aí depois.

Uma coisa importante que eu queria mencionar é que nós vamos ter aqui um encontro chamado NETMundial, nome de fantasia. Na verdade, é um encontro sobre governança global da Internet, que vai ser realizado em São Paulo, nos dias 23 e 24 de abril. Com certeza, já deve ter vindo convite aqui para a Câmara para mandar os seus representantes.

Está em discussão um novo modelo de governança da Internet. Esse tema já era discutido anteriormente. Com os eventos do Sr. Snowden, com os vazamentos todos que aconteceram, isso ficou muito mais presente. Países que ainda não estavam posicionados passaram a defender, como foi o caso da Alemanha, da França, da Espanha. Vários países passaram a se posicionar firmemente. Então, nós teremos esse encontro em São Paulo. Já temos um resultado, que foi o fato de o Governo americano e a ICANN, que faz gerenciamento de domínios e registros da Internet, anunciarem não a internacionalização — Eles não gostam que se fale em internacionalização, porque não se trata só de nações, vai envolver o terceiro setor também, então o termo que está sendo usado é globalização —, mas a globalização da ICANN. Ela vai ter uma governança com participação de todos os setores, das grandes entidades representativas e, possivelmente, participação de alguns países também, provavelmente em minoria, como é o caso do Brasil. No Brasil, o Comitê Gestor da Internet tem participação governamental na proporção mais ou menos de 40%. A maioria é de representantes da sociedade.

Então, vários pontos têm aparecido nas mais de 180 contribuições. Basicamente, as pessoas querem uma Internet livre, aberta, com possibilidade de universalização do acesso, principalmente nos países em desenvolvimento. Querem garantir princípios, como a liberdade de expressão, a privacidade, a promoção dos



direitos humanos. Os mesmos direitos *off-line* devem valer *on-line*. As contribuições têm vindo muito por aí.

Acho que nós não podemos deixar de registrar que a aprovação do Marco Civil da Internet ontem foi uma vitória do Brasil nesse aspecto. Nós demos um passo enorme para reafirmar esses princípios que estão sendo discutidos. Eu, ontem, tive a oportunidade de assistir a parte da sessão e fiquei até espantado, porque achei que estava havendo uma briga enorme na definição. Depois, vi que estava todo o mundo de acordo, em um grande acordo, que, com certeza, gerou um projeto muito equilibrado: nem todos levaram tudo aquilo que queriam, mas também ninguém saiu completamente derrotado. Acho que o acordo, a exemplo de outras situações aqui nesta Casa, foi muito bom.

Na questão da inclusão digital, queria mencionar um projeto que nós estamos tocando, em parceria com Municípios, para inclusão digital, o Cidades Digitais. Ele consiste, basicamente, em construção de infraestrutura de redes, formação de pessoas para trabalhar na questão da inclusão digital e produção de conteúdos.

Nós temos um projeto-piloto que está sendo finalizado, com 80 cidades digitais em implantação, e prevemos que, até o mês de agosto, teremos todas elas implantadas. Foi a primeira seleção que nós fizemos. Foram incluídas no PAC mais 262 cidades selecionadas em 2013. A abertura da licitação para se fazer esse serviço está prevista para a primeira quinzena de abril.

Esse é um projeto muito importante. Basta dizer que nós tínhamos um recurso limitado, que dava para 262 cidades, mas tivemos 1.900 pedidos. Então, com certeza, isso é um indicador de que o Governo precisa colocar mais um pouco de orçamento e voltar a abrir outro edital para atender àqueles que ainda estão fora. O projeto tem participação do SERPRO, da RNP, que é a gestora de redes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, do INMETRO e do PRONATEC.

Também estamos refazendo uma licitação, começada em 2013 — que já está sendo concluída —, para 23 mil conexões em processos de implantação. Dessas, 13 mil conexões são para via satélite. São 4 mil e 700 pontos de presença mantidos pelo Ministério das Comunicações. Isso, basicamente, é um local onde há



computadores, há uma conexão, e as pessoas os usam. É uma espécie de telecentro.

Treze mil Unidades Básicas de Saúde também entraram naquela licitação e estão sendo conectadas, principalmente aquelas mais remotas que não têm rede fixa, assim como 5 mil pontos de presença para outros Ministérios, para instalação em escolas, postos de fronteira, reservas ambientais, terras indígenas, comunidades tradicionais, assentamentos, centros de referência de assistência social, Prefeituras, etc.

O Redes Digitais da Cidadania é um projeto em que nós estamos aplicando em torno de 18 milhões, em parcerias firmadas com oito Unidades da Federação, para apoio a projetos de inclusão digital a serem desenvolvidos, por instituições de ensino ou de ciência e tecnologia, com o objetivo de capacitação de técnicos e gestores, para uso das tecnologias da informação e comunicação direcionadas ao trabalho, emprego e renda ou à cultura, à preservação, à promoção e ao acesso.

Temos um pequeno projeto de Centro de Recondicionamento de Computadores. Isso é basicamente para treinar pessoas para fazer consertos, montar, desmontar, virar do avesso. Enfim, ele existe em 5 lugares: aqui no Distrito Federal, em Belo Horizonte, em Recife, em Belém e em Curitiba.

Na área de radiodifusão, nós continuamos discutindo a questão do rádio digital, um assunto muito presente aqui no Congresso — a Câmara e o Senado o debatem muito. Fizemos testes entre 2010 e 2012. Basicamente, nós ainda temos uma dúvida grande sobre qual modelo de rádio digital poderia ser implementado no Brasil. Na minha avaliação, Sr. Presidente, o principal problema é termos um modelo industrial que dê sustentação à produção de transmissores para as emissoras e de receptores, com preço adequado, com boa condição, com boa qualidade.

Na área de rádios comunitárias, de 2011 para cá, tivemos 300 novas outorgas de rádios comunitárias e mais avisos de habilitação, que cobrem em torno de um terço dos Municípios brasileiros. Nós tomamos como decisão haver pelo menos uma rádio em cada Município. Então, há Município que não tem interesse comercial, então nós estamos fazendo a habilitação de rádio comunitária.

Estamos discutindo a migração das rádios AM/FM, sobre que o senhor estava me perguntando, Deputado. Acho que todos aqui sabem por que existe esse



problema. Anteriormente, nós pensávamos em concluir rapidamente o modelo de rádio digital. Como não conseguimos chegar a isso, resolvemos fazer uma possibilidade de migração das rádios AM, que têm um sinal mais depauperado, mais empobrecido, permitindo que elas se transformem em rádios FM nas localidades onde já existem canais, principalmente no oeste da Bahia.

O Deputado assegurou que tem essa possibilidade em outros lugares, e onde não tem canais disponíveis nós vamos usar os atuais canais 5 e 6, destinados à televisão, e que, com a digitalização da televisão, vão ser destinados para fazer rádio. Assim dará para colocar muitos canais novos de FM. Nós temos em torno de 2 mil potenciais migrantes, vamos dizer assim, que são as rádios que vão querer migrar. Já começamos a receber os pedidos. Inclusive, estamos mandando uma força-tarefa para determinado Estado, está hoje na Bahia, em Salvador. Aí faremos uma reunião com todos os setores, daremos orientação sobre como vai funcionar, explicaremos os prazos, os procedimentos, porque, se não fizermos isso, vai ter de vir um monte de gente a Brasília ou ficar nos telefonando, e nós não daremos conta de atender bem. Então, estamos fazendo isso nos Estados.

Quanto à questão da TV digital, nós tivemos uma evolução grande também. Em 2011, nós tínhamos 276 outorgas de canais para TV digital, hoje temos 3.670. Houve um crescimento bastante grande. Sessenta por cento da população já tem acesso à TV digital. Todos sabem que nós ainda temos de continuar fazendo a digitalização das emissoras e temos de avançar também no receptor. Nós não podemos transformar toda TV em digital enquanto a população não tiver em casa aparelhos receptores. Nós estamos prevendo o período de desligamento para começar em 2015 e se prolongar até 2018, mas, repito, o sinal analógico somente será desligado quando for assegurada a toda população a capacidade de recepção do sinal digital. Então, provavelmente, nós vamos ter de dar algum estímulo, fazer um programa para migrar esses receptores.

Também achamos que avançou bastante o serviço de radiodifusão, com análises mais rigorosas de capacidade de investimento nas licitações. Havia muito problema de pessoas que entravam numa licitação de rádio e TV e depois não tinham condições de pagar a outorga ou entravam só para vender para outro. Nós tornamos isso menos possível.



Os processos seletivos para rádio e TV educativa ficaram mais claros, na nossa opinião. Também resolvemos uma coisa importante: havia muitas licitações não concluídas por falta de pagamento, talvez associada ao primeiro problema, que é falta de capacidade de pagamento. Nós reabrimos os prazos e demos condição, recebemos muitos, e para alguns que não vão ser pagos não há solução, mas conseguimos fazer bastante isso.

Um problema grande que estamos trabalhando bastante para resolver é regularizar retransmissoras de televisão. Só em Minas, estamos fazendo a regularização de 1.300 retransmissoras. Mas não é só em Minas. Todos os Estados têm esse problema. Como as coisas demoravam, não aconteciam, as empresas ou as Prefeituras montavam retransmissoras. Recentemente, nós descobrimos — vamos falar francamente — que tinha retransmissora em lugar que a gente nem sabia. Vinha o Ministério Público e falava: *“Essa aí está sem outorga; tem que mandar desligar”*. Mandaram desligar as torres de transmissão em Sete Lagoas, na região de Araxá, em várias cidades, como Papagaios, que é uma cidade de porte médio. Fizemos um ataque e um acordo com o Ministério Público, mandamos gente para lá. Então, vamos fazer uma regularização. Só em Minas, serão 1.300, e vamos tentar apressar isso nos outros Estados também.

Lançamos agora um sistema, Deputado Tripoli, eletrônico de informações. A partir de agora, as empresas já podem se cadastrar. A partir de determinada data, provavelmente final de abril, as empresas, quando entrarem com o processo no Ministério, já vai ser eletrônico. Se estiver cadastrada, faz-se um processo e vai ser totalmente eletrônico. E nos processos anteriores, quando entrar uma petição, vai entrar de forma eletrônica, e nós vamos transformar o processo em eletrônico. A partir daí, vai ser tudo eletrônico.

(Não identificado) - Tudo digitalizado?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Tudo digitalizado. Significa que...

(Não identificado) - Até o final de abril?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Não! Começa em abril, e provavelmente teremos até o ano que vem para fazer essa digitalização. Mas isso significa, Deputado, que o radiodifusor não vai precisar ir ao Ministério ou não vai



precisar mandar o negócio por AR, por Sedex e tal. O que vai viajar é a informação. Ele entra na Internet, envia, e o processo é todo eletrônico. Assim nós vamos ganhar muito tempo, evidentemente. Vamos economizar papel, vamos diminuir a quantidade de ácaros que existem e que prejudica a saúde dos servidores, vamos diminuir a burocracia, o sumiço de papel, custo. Tudo isso vai ser bom para o radiodifusor e bom para nós também.

(Não identificado) - Isso aí vai ser aberto à população ou só a quem for interessado?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Quando estiver digitalizado, vai ficar disponível na Internet também e qualquer um poderá consultar, mas acionar o processo só o interessado, que vai precisar ter um cadastro com uma senha para fazer petição. Vai ficar aberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Ao término da fala do Ministro, nós vamos passar a palavra aos Deputados para o debate.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Encerrando, Sr. Presidente, vou falar um pouco da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que é a única empresa do Brasil presente em todos os Municípios. São 12 mil agências, fora os postos contratados pelas Prefeituras. São atendidos pelos serviços postais 92,7% dos brasileiros.

Os Correios atendem, por exemplo, o Programa de Distribuição de Livros Didáticos e fazem distribuição de medicamentos e uma série de processos importantes, lembrando ainda que os Correios têm monopólio postal, não têm monopólio para fazer entregas. Por exemplo, se você comprar um computador e mandar entregar, qualquer empresa pode fazer isso. Então, nessa área, os Correios concorrem com a iniciativa privada. O monopólio é só postal. Eu acho que é um modelo bom, porque a gente observa o seguinte: o correio americano também tem o monopólio postal, mas não atua na área comercial, não disputa com Fedex, não disputa com outros, então, isso significa um problema enorme de receita.

A empresa diminuiu bastante... *(Pausa.)*

Obrigado, Deputado. Este pacote é para eu levar? *(Pausa.)*

Obrigado, Deputado.



Então, eu queria encerrar aqui, Sr. Presidente, e me colocar à disposição dos senhores.

Isto deve ser torresmo lá do interior de Minas.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço ao Ministro a apresentação elucidativa. S.Exa. aquiesceu imediatamente ao convite que lhe foi feito. Assim que lhe foi enviado o convite, gentilmente me telefonou para dizer que realmente gostaria de estar aqui nos próximos dias.

Antes de passar a palavra aos autores do requerimento, eu gostaria de citar aqui o nome dos Parlamentares que participam desta audiência.

Antes, porém, o Ministro vai mostrar aqui o presente que ganhou. Nós achávamos que era um vinho, mas é um aguardente de Minas. O Fabinho está fazendo propaganda.

Presentes a esta reunião os nobres Deputados Jorge Bittar, Marçal Filho, Eduardo Gomes, Vice-Presidente desta Comissão, Jorge Tadeu Mudalen, Oziel Oliveira, Newton Lima, a Deputada Margarida Salomão, os Deputados Wolney Queiroz, José Carlos Araújo, Wellington Fagundes, Ariosto Holanda, Thiago Peixoto, Marcelo Aguiar, Silas Câmara, Camilo Cola, Francisco Floriano, Chico das Verduras, Sandro Alex, autor do requerimento, Deputados Colbert Martins, Dr. Adilson Soares, Hugo Motta, Fábio Ramalho, Júlio Campos, Terceiro-Vice-Presidente desta Comissão, Bruno Araújo, Bruno Oliveira, Deputada Iara Bernardi, Deputados Missionário José Olímpio, Professor Sérgio de Oliveira, Rogério Peninha Mendonça, Ruy Carneiro, Salvador Zimbaldi, Severino Ninho, Bonifácio de Andrada, Cleber Verde, Efraim Filho, Izalci, José Rocha, Manoel Junior, Nelson Marchezan Junior, Paulo Foletto, Waldir Maranhão, Arlindo Chinaglia, Líder do Governo, Josué Bengtson, Miriquinho Batista e Henrique Oliveira.

Eu queria dizer, Ministro, que o Presidente, quando há dificuldade de quórum, pode convidar V.Exa., porque aqui nesta Comissão deu mais do que quórum para poder deliberar sobre várias matérias, o que realmente demonstra o alto interesse pela matéria e por V.Exa. estar aqui presente hoje passando informações extremamente importantes para os Parlamentares que fazem parte desta Comissão temática.



Eu vou passar a palavra, então, aos autores do requerimento, o Deputado Sandro Alex e a Deputada Margarida Salomão, que vão, obviamente, fazer suas considerações. Eu pediria, se possível, para ouvirmos os dois requerentes e, em seguida, o Ministro.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Qual é o prazo regimental, Sr. Presidente, para o autor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Temos aqui que, aos autores, serão concedidos 10 minutos e, aos Deputados, 5 minutos. Réplica e tréplica de 3 minutos prorrogáveis, e os Líderes, obviamente, assim que desejarem.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Como há muitos inscritos, Sr. Presidente, eu proporia que fizéssemos blocos de cinco. Os dois requerentes e, na sequência, os primeiros três nomes da lista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Nós estamos pensando no seguinte: primeiro falaríamos os dois requerentes e, em seguida, faríamos blocos de quatro. Com isso, nós atenderíamos a todos rapidamente para também o Ministro poder memorizar aquelas solicitações que advirão dos Parlamentares da Comissão.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - De acordo. Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Tem a palavra V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, se possível, poderíamos diminuir o tempo: em vez de 5 minutos, 3 minutos para cada Deputado, para que todos possam falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Se assim houver deliberação dos Deputados, eu acho que não há nenhum problema. É uma questão até de economia processual. Se houver aquiescência de todos, está aprovado, então.

Tem a palavra o requerente, o Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos os senhores e senhoras. Cumprimento o Ministro Paulo Bernardo. Agradeço a S.Exa. por vir a esta Casa e o pronto atendimento ao convite formulado por esta Comissão para estar aqui mais uma vez, assim como fez em



todos os outros anos V.Exa. Agradeço a presença ao Ministro e cumprimento todos os Deputados.

O Ministro foi contemplado, hoje, com uma cachaça Havana legítima, de Salinas. Parabéns!

Presidente Tripoli, quero iniciar falando rapidamente sobre o Marco Civil da Internet, porque o início das discussões sobre este assunto se deu nesta Comissão, em audiência pública. Iniciamos a discussão quando o Governo enviou para cá o projeto do Marco Civil.

Então, esta Comissão deu uma colaboração importante para essa lei, e eu tenho o orgulho de ter escrito e ajudado o Relator em dois artigos do Marco Civil, mesmo com a orientação contrária do meu partido. Eu pedi ao meu partido que me liberasse, porque ajudei a escrever algo importante para o País, e cumprimento a todos pela aprovação.

Sr. Ministro, eu quero iniciar saudando V.Exa. pelo seu trabalho no ano de 2013. Sem dúvida, foi um ano importante para as comunicações do País, e V.Exa. desenvolveu um bom trabalho. Aqui foram citados alguns temas.

A desoneração dos *tablets* foi muito importante. Acho até que poderíamos ampliar essa desoneração. Recentemente, em algumas reportagens, nós vimos que aparelhos como este aqui, um iPhone, ainda é o mais caro do mundo no Brasil. Poderíamos ampliar, acredito que será salutar para o Brasil.

O debate sobre a migração de AM para FM foi exaustivo nesta Comissão. V.Exa. encaminhou ao Ministério um trabalho feito por sua equipe, que conseguiu, no ano passado, dar esse importante passo para a radiodifusão brasileira. Cumprimento-o aqui, em nome de todos os radiodifusores, por esse importante passo. A banda larga móvel, como os números mostram, sem dúvida, teve um avanço no País.

O autocadastramento *on-line* foi outro tema que nós discutimos aqui com o V.Exa. em nossa primeira audiência pública, no ano passado, e V.Exa. está nos trazendo agora a informação de que não serão mais necessários aqueles papéis. Isso é um avanço, inclusive porque ontem aprovamos a inovação na Constituição brasileira.



Enfim, V.Exa. estabeleceu metas e prazos, e isso é muito importante em se tratando de comunicação: metas e prazos.

Eu quero, Sr. Presidente — há muitos Deputados para falar —, fixar-me em dois assuntos. Quero fazer alguns questionamentos ao Sr. Ministro, porque são assuntos mais recentes e para os quais ainda não temos todas as respostas, enfim, tanto em relação à migração quanto à faixa de 700.

Quanto à migração, inclusive esta semana os Estados estão apresentando os seus requerimentos. Há uma adesão fantástica da AM. Praticamente 80%, 85%, 90% de rádios difusores em AM estão querendo a migração para FM, um sinal de que foi acertada a decisão de V.Exa.

As emissoras de 1 quilowatt, Sr. Ministro, pela norma, ficarão extintas de AM. Muitas tinham processos de mais de 10 anos em tramitação. Como elas vão ficar agora? Isso vai ser avaliado? Passa a não ser mais avaliado para os processos que estavam em andamento, para emissoras que estavam com projetos de aumento de potência, já que elas ficaram extintas? Essa é uma dúvida.

Outra dúvida: nós temos, em muitas capitais do Brasil, em muitas cidades, a necessidade da utilização dos canais 5 e 6 para essa migração. É claro que essas emissoras só vão ter a certeza de que vão migrar se se sentirem confortáveis de que vão ter os receptores. Então, qual é o trabalho do Ministério, agora, para garantir que realmente teremos os receptores com a faixa estendida, assim como aconteceu nas TVs? Hoje já há obrigação de que toda TV produzida no Brasil tenha que ter, já, o sistema digital. Elas vieram com essa obrigação e, portanto, as TVs avançaram para a digitalização. O rádio precisaria da garantia de que virão com essas faixas estendidas. Então, quando é que nós vamos ter uma normativa para que, a partir de tal data, todos os rádios fabricados no Brasil já venham com a faixa estendida, já que estamos na iminência de que essas emissoras vão para a faixa estendida?

Sr. Ministro — eu sei que é um assunto que ainda está em testes —, a digitalização também me parece oportuna no momento em que 2 mil emissoras de rádio vão comprar equipamentos para a migração, vão investir. E aí estamos trabalhando inclusive para que o Governo possa operar formas de financiamento para elas. Mas se elas vão investir já para a migração do FM, não seria coerente que a gente já pudesse dar o encaminhamento à digitalização, para que, uma vez



migrando, essas emissoras não precisassem novamente comprar, daqui a alguns anos, novo equipamento para se tornarem digitais? Dessa forma, elas comprariam o equipamento para migração já com a possibilidade da digitalização. Então, seria um trabalho realmente muito grande da sua equipe, para que possamos este ano ter uma resposta de digitalização. Acho que as duas coisas caminham juntas: nós vamos migrar, e já com o digital, para uma aquisição apenas dos equipamentos.

Sobre a faixa de 700, o Governo agora trabalha nesse leilão. É um assunto extremamente debatido aqui, com a possibilidade da arrecadação de, como alguns falam, 6 bilhões, 8 bilhões e de até 14 bilhões desses leilões do 4G.

Então, a pergunta que faço é a seguinte: nós estamos neste leilão com um valor a maior, mas não sei se nós temos a garantia de que, com esse leilão, nós vamos ter maior cobertura, melhor qualidade, melhor preço ao consumidor, ou se ficará só pelo maior preço, uma lei da selva: quem pagar mais, leva.

Eu gostaria de saber de V.Exa. se realmente vai haver ali nesse leilão uma forma de compensar o consumidor, de garantir qualidade, de garantir cobertura, ou se vai ser só pelo preço maior: quem dá mais, leva.

Sobre o *switch-off* da TV analógica, que está sendo antecipado, eu gostaria de saber de V.Exa. do trabalho para garantir que todos tenham uma TV digital, através da qual possam continuar recebendo as informações. Porque nós temos 110 milhões de receptores domésticos, 30 milhões com capacidade de TV digital, venda anual de 15 milhões, e 5 anos para trocar essa planta de receptores. Qual é o percentual que o Governo considera bom de receptores domésticos para fazer o desligamento? Seria de 90%? Em São Paulo, por exemplo, seria suportável deixar 10% da população mais humilde sem TV? O Governo está com algum programa para tratar desse assunto, para subsidiar a troca de aparelhos e garantir realmente que possamos desligar a TV analógica? Isso vai estar garantido?

Além do que existem 4 mil retransmissoras de TV de Prefeituras de Municípios pequenos que não têm recursos para trocar analógico para digital. Aqui, pela sua apresentação, nós levamos 2 anos, 3 anos para conseguir ampliar o número de outorgas. Então, só aqui nós temos 4 mil retransmissoras de TV de Prefeituras de pequenos Municípios que vão ter que digitalizar. Como nós vamos



fazer para garantir realmente a cobertura digital para esses Municípios? O prazo está curto, muito curto, e nós vamos ter que desligar.

Finalmente, Sr. Ministro, eu queria citar aqui os dois fundos — V.Exa. falou da universalização: o FUST — Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e o FISTEL — Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, sobre os quais a gente sempre debate. O FUST arrecadou 13 milhões, e o FISTEL já arrecadou 45 milhões, e utilizou só 3 milhões para fiscalização. V.Exa. acredita que nós vamos realmente usar esses fundos para poder fiscalizar a telecomunicação, as teles? Nós vamos universalizá-los? Ou esses fundos vão ficar sendo usados para outras finalidades, e não para aquelas que foram previstas inicialmente? É um recurso tão importante, tão grandioso e não é aplicado, realmente. A ANATEL tem um orçamento de 700 milhões, sendo que 350 milhões são para fiscalização. Só aqui, nós estamos falando de quase 50 bilhões que foram arrecadados em fundos e que poderiam servir para fiscalizar e ajudar a telecomunicação do Brasil.

Agradeço a V.Exa. a presença e coloco-me à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Nós vamos ouvir agora, Ministro, a Deputada Margarida Salomão. Em seguida, como já temos dez oradores inscritos, faremos blocos de cinco em cinco. Então, já que houve redução de 3 minutos para os demais Deputados, serão concedidos 10 minutos para a proponente.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Caríssimo Presidente Tripoli, quero em primeiro lugar cumprimentá-lo pela pronta realização desta audiência, cuja relevância está demonstrada pela frequência.

Quero cumprimentar também o Ministro Paulo Bernardo, que fez, no meu entendimento, uma apresentação extremamente abrangente e completa, de tal modo que eu, a bem inclusive da possibilidade de os nossos companheiros Parlamentares poderem fazer as suas manifestações, abreviarei a minha intervenção.

Eu queria pontuar duas coisas, Ministro, neste grande quadro que V.Exa. traçou e em que se dá conta de duas coisas que eu acho importante relevar: a abrangência da intervenção do Ministério na realidade brasileira e, em segundo



lugar, a velocidade da transformação que nós estamos testemunhando no acesso a serviços e na ampliação de direitos para a população brasileira que está se introduzindo no universo da comunicação e da tecnologia de forma muito rápida, e que eu não tenho dúvida de que significará uma melhoria na sua qualidade de vida.

A primeira coisa que eu queria pontuar, acompanhando um pouco inclusive a fala do Deputado Sandro Alex, é que uma das grandes preocupações da sociedade tem a ver com a melhoria dos serviços. E V.Exa. menciona que essa também é uma ação estratégica com relação às ações para melhorias do serviço, particularmente o controle de qualidade.

Então, sobre a programação da medição da qualidade da banda larga fixa e móvel e as medidas cautelares da ANATEL eu queria que V.Exa. falasse um pouco mais, porque nós entendemos que esse explosivo aumento das conexões produz duas consequências: uma, o aumento no patamar das reivindicações e outra é a melhoria no controle de qualidade. Quanto mais pessoas estiverem conectadas, maior a nossa expectativa de melhoria dos serviços.

Eu gostaria, particularmente, que V.Exa. falasse um pouco mais sobre a questão da cobertura das áreas rurais, que também está crescendo de forma impressionante. Ainda assim, essa é uma grande demanda que nós todos recebemos.

O segundo ponto que eu queria destacar é o que V.Exa. mencionou em relação ao seminário sobre a governança global da Internet. Os fatos recentes mostraram que deve ser uma preocupação da soberania nacional, uma preocupação dos usuários da Internet. Então, essas anunciadas providências sobre a globalização da ICANN certamente são muito bem-vindas, muito bem recebidas por nós. Eu acho que isso se casa com esse investimento no Programa Inova Telecom. Na verdade, para que possamos assegurar para nós soberania, segurança, privacidade, é preciso superar esse abismo que ainda há entre nós de patamar tecnológico, como parque científico e tecnológico, e os Estados Unidos. À medida que essa distância for diminuída, não temos dúvida de que, com o fortalecimento da tecnologia nacional, nós também teremos um peso maior e mais o que dizer nesse processo de governança global da Internet.



Por último, o que de fato é a grande questão para mim, por conta da minha base, por conta da minha ação política, é a questão das rádios comunitárias. Eu entendo que — e V.Exa. fez aqui uma demonstração de que houve um crescimento significativo, de 2011 para cá, em termos do número de outorgas —, de um lado, há uma demanda represada extraordinária, e eu entendo também que a facilitação, a viabilização e a sustentabilidade das rádios comunitárias fazem parte de um processo importantíssimo para que nós possamos garantir a democratização da mídia no Brasil, a enunciação de outras vozes, além da mídia já estabelecida comercialmente, da mídia institucionalizada.

Então, eu queria saber de V.Exa. o que podemos esperar no sentido de uma ampliação do acesso dos interessados em estabelecerem novas rádios comunitárias.

Como prometi, Presidente, eu fui o mais breve quanto consegui.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Parabéns a V.Exa. pela maneira sucinta como expôs amplamente o tema.

Passo a palavra agora ao Ministro Paulo Bernardo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Muito obrigado, Presidente.

Eu quero informar que estou recebendo mensagens de gente querendo compartilhar aquela garrafa de Havana. *(Risos.)* Eu vou dizer que não vou me furtar a... *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Dá para abrir a lista de inscrição para a gente, por favor? *(Risos.)*

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Primeiro, Presidente, as questões que foram apresentadas são muito importantes, e vou tentar ser breve nas respostas.

O Deputado Sandro Alex apresenta questões bem específicas, e eu vou tentar respondê-las. Evidentemente, se eu ficar devendo alguma coisa, mando-lhe depois. Mas é o seguinte, no processo de migração das rádios AM para FM, tem de fato essa questão. Como ficam as rádios que solicitaram aumento de potência? Eu acho que nós temos que separar por tipo de situação que a empresa tem. Se o processo estiver normal, a empresa tiver com tudo regularizado, estiver tudo



acertado, nós vamos fazer a avaliação do processo de aumento de potência e, em seguida, a migração. Eu estou dizendo isso porque há casos de empresas que nos procuraram para dizer o seguinte: *“Estávamos com uma pendência, e não sabemos o que aconteceu”*. Como não tinham a certidão, eles não conseguem resolver o problema do aumento de potência e podem ficar com a migração travada. Nós inclusive estamos avaliando a possibilidade de falar com o radiodifusor o seguinte: *“Olha, é melhor você deixar o pedido de aumento de potência de lado, abrir mão disso agora, faça a migração e peça de novo”*. Não tem problema nenhum fazer, o que não pode é deixar travar um processo por causa do outro.

Com relação à questão do receptor com faixa estendida, ocorre o seguinte, Presidente: como nós vamos usar os canais 5 e 6 de televisão, o receptor vai ter um número maior de frequências ali. Então, os novos receptores vão ter que ter essa chamada faixa estendida, e nós já estamos trabalhando com a indústria, com o sistema produtivo. Podemos inclusive compartilhar isso, Deputado Sandro Alex, porque, é evidente, abre-se uma janela de oportunidade imensa para a indústria começar imediatamente a produzir receptores. É uma tecnologia relativamente simples. Já existe em outras partes do mundo a possibilidade de a indústria nacional incorporar a seus novos produtos essa faixa, porque ela vai ser usada, vai necessária e vai ter demanda. Então, é começar a fazer. Claro que essa faixa vai ser usada quando for desligada a TV analógica. Mas nada impede que as fábricas comecem a produzir esses equipamentos, até porque é de se supor que se a pessoa comprar um rádio agora, não vai comprar outro daqui a 2 anos, ou vai resistir a comprar. A não ser que compre esse modelo muito barato e se disponha a trocar. Aliás, eu acho importante que haja modelo barato, porque às vezes a pessoa quer fazer a troca, mas não quer investir muito.

Com relação à digitalização do rádio, de fato essa é uma questão importante. V.Exa. coloca ainda uma coisa que seria de conveniência, porque se a emissora investir para passar para FM e, depois, colocarem para ela a possibilidade de investir para ser digitalizada, claro que pode haver um problema de compatibilidade. Se o transmissor não for adaptável, isso significará dois gastos. Então, nós precisamos discutir isso, e nos dispomos a trabalhar para ver se conseguimos definir



neste ano, ou até discutir com as indústrias para ver como podemos ter um modelo de transição administrada e que não seja caro para o radiodifusor nesse processo.

Com relação à faixa de 700 *mega-hertz*, reconhecemos o problema que V.Exa. está colocando. Há muitas retransmissoras que precisam ser digitalizadas. Nós estamos cuidando, fazendo o levantamento disso, incluindo nos replanejamentos. Uma boa parte das retransmissoras não está na faixa de 700, e isso melhora a situação. Mas, com o levantamento que nós estamos fazendo, já descobrimos que muitas estão. Precisamos então resolver para incluir isso no calendário de desligamento. Elas têm que ser transportadas para outra faixa. Até para os Parlamentares que não olharam essa questão — mas muitos eu sei que sabem —, no interior do País, a faixa de 700 não é usada, ao contrário, é muito pouco usada, há poucas emissoras ocupando essa faixa de 700 *mega-hertz*. Agora, onde tem uso, isso tem que ser resolvido. E há uma novidade que apareceu, depois dos problemas em Minas Gerais, que foi o fato de nós descobrimos que há um número enorme de retransmissoras que não estavam registradas regularmente no Ministério. Então...

(Não identificado) - Que usam 700 *mega-hertz*?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Não, se não está registrada, eu não posso dizer. Nós estamos indo atrás para saber onde elas estão. A maioria não está na faixa de 700 *mega-hertz*, mas pode estar. Então, nós estamos indo aos Estados, fazendo força-tarefa, levantando, chamando todo mundo para conversar. Por exemplo, em Papagaios, Minas Gerais — que deve ser base eleitoral do Deputado Paulo Abi-Ackel —, houve um problema: a retransmissora tinha seis emissoras na mesma torre que havia sido construída pela Prefeitura. Não tinham retransmissão de televisão, então a Prefeitura construiu uma torre para oferecer transmissão de televisão para o público, para os munícipes. Então, Isso tem que ser levantado, como a Prefeitura não tinha regularizado, e também nós temos que oferecer uma solução. Se eu disser: *“Olha, o senhor tem que agora trocar esses retransmissores aí”*, o Prefeito vai falar: *“como é que eu vou fazer isso?”* Na década de 80, o pessoal ia lá, comprava, dava um cheque da Prefeitura e resolvia. Não tinha essa restrição que tem hoje. Se o Prefeito fizer isso, provavelmente vai criar encrenca com o Ministério Público, o Tribunal de Contas, vai virar uma confusão



enorme. Então, nós pedimos também às redes de televisão nos informarem onde estão as retransmissoras para fazer o inventário todo para verificarmos a situação. Estamos trabalhando nisso, mas esse problema existe mesmo.

O prazo de desligamento, Deputado, foi ampliado, começa em 2015 e vai até 2018, por dois motivos: um é que nós precisamos de mais tempo para resolver essa situação; e o outro motivo é o óbvio, que, como a faixa não está ocupada, nós não temos que fazer as coisas com tanta premência, mas é preciso ter televisão na casa da pessoa para fazer o desligamento. Isso inegavelmente está correto.

Com relação às outras questões que V.Exa. coloca dos fundos e da fiscalização, nós temos discutido muito isso. Nós também achamos que a fiscalização tem que ser equipada e tem que ter todas as condições. A ANATEL tem um orçamento apertado e sempre tem necessidade. Nós temos discutido isso com o Ministério do Planejamento, mas nós fizemos importantes investimentos nos últimos 2 anos com equipamento eletrônico novo, com veículos, com a possibilidade de fazer fiscalização, o que melhorou muito o aparelhamento da ANATEL. Mas, de fato, reconheço que temos dificuldades orçamentárias, como acontece de resto em vários outros órgãos, e precisamos tratar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - E o leilão 700?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Quanto ao leilão de 700 nós temos a previsão de, no mês de abril, divulgar as regras para consulta pública, a regra preliminar, vamos dizer assim. Vai ser colocado em consulta pública, no prazo de 30 a 40 dias, vamos receber todas as contribuições. Nesse meio tempo a ANATEL vai discutir com o Tribunal de Contas, antes de fazer o fechamento da consulta pública. Quer dizer, para de receber contribuições, mas vai processar, e, quando tiver fechado com o Tribunal de Contas, divulgará o resultado final do edital, publicará, e prevemos fazer o leilão em agosto. A divulgação do edital deve ser em julho e o leilão, em agosto. Esse é o cronograma que está feito.

Quanto aos valores, tem muita coisa circulando: *“Ah, vale 14, vale...”* Nós não temos uma previsão nem achamos prudente divulgar nada. Agora, de fato, serão incluídas como uma das principais obrigações a questão do desligamento do analógico, vai ter que ser resolvido esse problema das redes transmissoras, das emissoras que precisarem ser adaptadas. Tudo isso vai estar colocado no edital



como obrigação para ser resolvido com o dinheiro do leilão. Nós vamos amarrar uma coisa a outra, para não deixar usar a faixa sem resolver o problema da radiodifusão.

Com relação às questões que a Deputada Margarida colocou, quero dizer, primeiro, que nós temos a mesma avaliação, houve uma explosão de consumo. Basta dizer que as conexões móveis, por exemplo, 3G, eram 20 milhões no final de 2010, hoje nós estamos batendo em 110 milhões, um aumento muito expressivo, e tudo indica que vai continuar, porque as pessoas querem mudar. No ano passado, praticamente 50 milhões de pessoas deixaram de usar o 2G para mudar para o 3G, então vão continuar vendendo *smartphones*, aumentando o 3G, e isso significa que as empresas têm que correr para dar conta de oferecer boa qualidade.

O que aconteceu em 2012 foi que cresceu muito o consumo e não tinha havido investimentos correspondentes, então houve um congestionamento total das redes. Houve uma melhora, mas nós precisamos continuar cobrando e exigindo que isso aconteça.

Por isso, por exemplo, que defendo a aprovação da Lei de Antenas, porque isso facilitará a instalação de equipamentos em São Paulo, Campinas, Porto Alegre. Há cidade em que isso é praticamente impossível com a situação atual.

A questão do rural é o seguinte: nós fizemos a licitação de 2,5, as empresas que ganharam também receberam como obrigação fazer a cobertura da área rural. A área rural foi dividida entre as quatro empresas compradoras da faixa, as vencedoras do leilão. Estabeleceu-se um cronograma que é 30% de cobertura — de cada área das quatro empresas — neste semestre, 30% de cobertura no semestre que vem, e o restante no ano que vem. Então, eles têm um prazo de 2 anos para fazer isso.

Nós ainda temos empresas discutindo conosco questões técnicas, como, por exemplo, a possibilidade de usar outra frequência e fazer logo a implantação do 3G, inclusive na área rural. Isto está sendo discutido, mas não suspende as obrigações que as empresas têm. De fato, vai ser muito importante. Acho que em várias e várias regiões onde tem muita gente isso vai ser feito rapidamente. E, provavelmente, nas regiões menos densamente habitadas, isso vai demorar mais. É normal que as empresas façam um gerenciamento sobre isso.



Achamos absolutamente importante o encontro de governança na expectativa de fazermos uma boa discussão sobre como, com um mínimo de normatização, garantir uma coabitação, garantir um uso melhor possível, o mais livre, o mais aberto das redes mundiais, onde praticamente 4 a 5 bilhões de pessoas fazem transitar informações. Não é confortável para ninguém que as redes tenham o controle de um único país, como de fato acontece hoje. Acho que isso avançou, e o anúncio que o Governo americano fez, com certeza, desanuvia bastante e mostra que temos uma possibilidade grande de sucesso nesse encontro.

Talvez esse processo se desdobre pelos próximos 3, 4 ou 5 anos, porque isso não é resolvido imediatamente. Vamos tirar resoluções para serem implementadas.

Com relação às rádios comunitárias, além das 400 de que fizemos outorga, nós temos um número de aviso de habilitações que passa de 700. Nós publicamos os avisos. Claro que também temos um problema quanto a nossa capacidade de processar isso, mas temos procurado dar vazão. Eu até deixei de falar na minha apresentação, comecei a achar que estava premido pelo tempo, mas é o seguinte, nós fizemos avisos específicos para assentamentos rurais. Havia demanda, então fizemos acho que mais de 80 ofertas de habilitação de rádios. Isso foi feito, acho, que em outubro, novembro, nós oferecemos cerca de 80 rádios comunitárias que serão habilitadas para a área rural. Na prática, é a mesma coisa que dizer: *“Se você se habilitar tecnicamente e fizer a papelada, esta associação vai ter uma rádio”*, porque você vai oferecer uma rádio a um assentamento rural onde moram 2 mil pessoas, e não vai ter três associações disputando, provavelmente terá uma. E vamos continuar nesse processo, Deputada Margarida, pois achamos que é importante aumentar, até porque muitos Municípios não têm rádio nenhuma, e na maioria deles não é viável ter uma rádio comercial, então a rádio comunitária é a saída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Muito bem, Ministro.

Antes de passar a palavra aos demais Deputados, quero comunicar a presença nesta sessão dos seguintes nobres Deputados: Deputada Rebecca Garcia, Deputado Weverton Rocha, Deputada Luciana Santos, Deputado Paulo Abi-Ackel, ex-Presidente desta Comissão, Deputado Júlio Cesar e Deputado Fernando Ferro.



Como nós temos um volume maior de inscrições, vamos fazer blocos de cinco. O Deputado Newton Lima será o primeiro a falar, o segundo o Deputado Ariosto Holanda, o terceiro Oziel Oliveira, quarto Silas Câmara, e quinto Jorge Bittar, pelo número de inscritos.

Passo a palavra a cada um deles por 3 minutos. Peço a todos que sejam sucintos, porque vamos ter pelo menos mais doze para falar, se houver a manutenção dos nomes.

Com a palavra o Deputado Newton Lima.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Muito obrigado, Presidente.

Cumprimento todos os colegas e inicio dizendo que para todos nós que somos militantes da causa da ciência, tecnologia e inovação sabemos o que isso significa para o desenvolvimento do País e para o bem-estar do nosso povo, de qualquer povo.

A noite de ontem, rigorosamente, foi memorável e, como minha primeira manifestação, eu quero consignar isso na ata de hoje tanto desta sessão de audiência pública quanto na ata da sessão ordinária, uma vez que a comunidade acreditou na Comissão de Ciência e Tecnologia.

O então Presidente Bruno Araújo, já citado — não sei se S.Exa. está presente, mas eu quero render-lhe minhas homenagens —, abraçou a causa junto com o Deputado Sibá Machado. Nós pegamos o Código de Ciência e Tecnologia e repartimos em cinco partes, uma delas já aprovada. Ontem vimos a mais importante de todas, que é colocar na nossa Carta Magna que a inovação passa a ter prioridade tanto quanto têm a Ciência e a Tecnologia. Isso amplia todo o arcabouço legislativo para dar sustentação, inclusive, ao Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que é algo que nós vamos fazer absolutamente fundamental para o sucesso dessa área pública no nosso País.

Parabéns à magnífica Reitora, autora de uma proposição e de suas justificativas, Deputada Margarida Salomão! Parabéns ao Deputado Izalci, o Relator! Ontem, de fato, foi uma noite de júbilo, que tem tudo a ver com o que nós discutimos aqui com os Ministros; hoje, com Paulo Bernardo e, mais adiante, discutiremos com o Campolina. De toda sorte, fica aqui este meu registro.



Na outra votação que fizemos — histórica, como já foi dito pelo Deputado Sandro Alex e, certamente, pelo próprio Ministro —, foi aprovado, depois de 3 anos de debate sobre o uso da Internet no Brasil, o Marco Civil da Internet, o que nós celebramos.

Eu queria dizer, sobre a fala do Ministro... Antes de mais nada, quero fazer um parêntese muito breve, Deputado Trípoli, nosso Presidente: é importante que, tão logo chegue o convite do Governo para participarmos na reunião da NETMundial, nós possamos nos candidatar. Eu próprio quero participar dessa reunião, nos dias 23 e 24 em São Paulo, uma vez que tive a oportunidade, por duas vezes, de ser Relator da Subcomissão de Banda Larga. É sobre esse documento, Ministro Paulo Bernardo, que eu quero me debruçar, para fazer os questionamentos necessários.

Sob a Presidência do Deputado Imbassahy e da minha Relatoria, aprovamos — e o Ministro sabe disso, porque recebeu cópia, que nós entregamos formalmente — o relatório, bastante extenso e avolumado, da nossa avaliação do PNBL, da Política Nacional de Banda Larga, da Internet. O que nós vemos e constatamos aqui — e é só verificarmos das páginas 83 a 85, Ministro — é que boa parte das questões que nós apresentamos à consideração de V.Exa. está já respondida, hoje, de maneira absolutamente satisfatória, o que não impede de nós destacarmos, democraticamente, que algumas delas não foram tocadas. Eu gostaria de pedir ao Ministro atenção, por favor, às questões que não foram abordadas por S.Exa., ao lado de tantas outras coisas que já foram colocadas, mas que eu faço questão de registrar.

A primeira delas: na página 83 do nosso relatório, aprovado por unanimidade nesta Comissão, nós apontamos, Ministro, algo que de maneira recorrente vínhamos fazendo, no primeiro relatório de 2 anos atrás também o fizemos, que diz respeito à utilização dos fundos setoriais FUST — Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, FUNTTEL — Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações e FISTEL — Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Deputado, eu peço um pouquinho de brevidade, porque seus colegas estão me questionando quanto aos 3 minutos.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Eu só peço a compreensão aos colegas. Dada a relevância do relatório que fizemos da banda larga, é preciso nós sabermos o que o Ministro tem a nos falar sobre a questão do contingenciamento dos recursos dos três Fundos, até porque o Ministro nos dá um dado que é absolutamente essencial: S.Exa. nos diz que o programa Cidades Digitais, Acesso público à Internet e as Redes Digitais da Cidadania, aqui apresentadas, não têm recursos suficientes para dar conta de toda a demanda. Eu fiz a conta: 14% vão ser atendidos, dos 1.900 Municípios, por exemplo, no caso do Cidades Digitais.

Nós propúnhamos na oportunidade, Presidente Tripoli, que os recursos citados dos Fundos pudessem vir a ser usados para essa finalidade. Eu gostaria de saber do Ministro Paulo Bernardo se houve avanço no âmbito do Governo, sobretudo na Fazenda, no Planejamento, para que nós pudéssemos ter essa destinação conforme aprovado por unanimidade nesta Comissão.

A segunda pergunta que eu acho da maior relevância diz respeito ao debate que nós queremos fazer sobre a Lei Geral das Telecomunicações. Nós propusemos uma discussão, Presidente, que eu peço a V.Exa. que volte a encaminhar ao Presidente Henrique Eduardo Alves, na direção de fazermos um debate, como Comissão Geral, sobre a Lei Geral das Telecomunicações, porque ela já é antiga, precisa ser revista, e é preciso que esta Casa e esta Comissão assumam a liderança desse projeto.

Por fim, quero falar sobre Regime Diferenciado de Contratações também, porque interessa à TELEBRAS. Houve mudança no comando da empresa, Ministro. Peço a V.Exa. que peça ao sucessor de Caio Bonilha que nos procure, porque nós aprovamos aqui a apresentação de projeto de lei para Regime Diferenciado de Contratações específico para o setor de telecomunicações a fim de ajudar a própria estatal a avançar em infraestrutura, conforme V.Exa. colocou.

Dentre todos os aspectos, eram esses que eu queria lhes contar. Agradeço a atenção e a paciência aos meus colegas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Deputado Newton Lima, eu vou colocá-lo como autor também, porque estendeu um pouco seu tempo.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Na verdade, aconteceu, Ministro. Na oportunidade, eu pedi, o Deputado Sandro Alex concordou, mas não foi na Ata. Então, estou me colocando também como proponente. *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Com a palavra o Deputado Ariosto Holanda.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, companheiros Deputados, meu caro Ministro Paulo Bernardo, 20 anos atrás, V.Exa. estava nesta Casa.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Não, eu não estava. Eu sou mais novo. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Não, estava aqui na década de 90 e, se não me engano, nesta Comissão.

Nós conseguimos, naquele momento, implantar a CPMI do Atraso Tecnológico, não sei se V.Exa. se lembra, presidida pelo Senador Mário Covas e relatada pela Deputada Irma Passoni. Nós identificamos as causas e dimensões do atraso tecnológico. Uma das áreas mais fragilizadas era a de comunicações. Eu não sei se V.Exa. se lembra. A parte de comunicações era extremamente fragilizada.

Então, vendo seu relatório hoje, eu observo como nós diminuimos esse atraso. Nós temos uma estrutura poderosíssima, Ministro. V.Exa. está de parabéns. Eu acho que sua passagem pelo Planejamento ajudou muito nessa configuração.

Mas, aí, eu queria aproveitar e, a partir dessa estrutura poderosa que é a comunicação, perguntar o que nós podemos fazer por educação, ciência e tecnologia. Este País, Ministro, é um Brasil de muitos brasis, e os desequilíbrios regionais se dão não pela riqueza em si das regiões, mas pela concentração do conhecimento. Como nós poderemos, a partir dessa ferramenta poderosa, levar conhecimento para as populações mais distantes? Aí, eu fecho com uma preocupação da Deputada Margarida Salomão, sobre a questão rural.

V.Exa. falou em três programas, para mim, muito importantes: primeiro, a questão das áreas rurais, como chegar lá; segundo, o Programa Telessaúde Brasil, que acho uma ferramenta poderosa, permite. Poderia se fazer a telemedicina a partir



das infovias, não ficar só na Telessaúde, que é a Internet, mas com processamento de sinais digitais, de sinais biológicos, de imagens. No Ceará, estamos trabalhando no programa Central de Laudos, porque no interior, apesar de ter estruturas poderosíssimas, equipamentos, tomógrafos, mamógrafos, nós não temos o especialista. De repente, você pode transmitir essas imagens e ter um diagnóstico.

Eu queria só fazer uma consulta a V.Exa., porque eu gostaria demais de sentar à mesa com seus técnicos, juntamente com o Presidente da ANDIFES — Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e do CONIF — Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, porque, até o final do Governo, nós vamos estar presentes, principalmente os institutos federais, em mais de 600 Municípios.

Nós discutimos nesta Casa. O Deputado Paulo Abi-Ackel sabe do Seminário *Extensão Tecnológica no Brasil*. O caminho da extensão é o que estamos perseguindo para chegar às populações mais distantes, e a comunicação é fundamental. Nós não estamos encontrando esse caminho. O nosso sonho é, a partir da universidade, dar curso a distância como se lá estivesse, usando as ferramentas das infovias, da Internet. Nós queríamos levar uma proposta a V.Exa., discutir com seus técnicos como fazer isso e o caminho para abrir rádios FM universitárias, para que possamos cobrir esse território a partir das universidades e dos institutos federais.

Sr. Ministro, parabéns pela sua exposição! Eu queria passar a V.Exa., como também ao Presidente, estes dois trabalhos que nós fizemos para a bancada federal do Nordeste em que consta o capítulo das Infovias do Desenvolvimento. Eu queria pedir a alguém que leve este material ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Minha assessoria, por gentileza, traga o material fornecido pelo nobre Deputado Ariosto Holanda.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Consulto sobre a possibilidade de sentarmos à mesa e discutir esses projetos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Com a palavra o nobre Deputado Oziel Oliveira.



O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Sr. Presidente Ricardo Tripoli, cumprimentando V.Exa., cumprimento todos os Parlamentares e, em especial, o Ministro Paulo Bernardo — é um prazer recebê-lo na Comissão — e, sua equipe competente do Ministério, na pessoa de Patrícia Ávila. Faço este cumprimento especial porque também faz parte do povo baiano neste grande Planalto Central.

É uma alegria saber que as inovações tecnológicas chegam a todos nós, mas especialmente, Ministro, à Bahia, quando V.Exa. trata aqui de levar comunicação às áreas rurais. O Estado, gigantesco, tem a maior população rural do Brasil, no interior, sabendo também que minha região oeste é maior que o Uruguai. Então, temos dificuldade imensa na área de comunicação.

Quero parabenizar também o trabalho dessa mudança importante da comunicação das rádios, modernizando o sistema para a população da AM para a FM. Acho um grande avanço para o País.

Eu gostaria também de parabenizar o trabalho do Ministério, porque a Bahia foi também contemplada pelas cidades digitais, que a Secretaria de Ciência e Tecnologia está implantando, através da Secretária Andréa Mendonça, um pleito nosso, juntamente com o Senador Walter Pinheiro, este mês.

Sr. Ministro, além de poder contemplar a alegria de estar aqui com V.Exa. falando dos avanços para nosso País, em especial para a Bahia, gostaria de dizer também da dificuldade por que a região oeste passa. Ela é uma grande produtora de grãos e tem gerado muito emprego. As cidades de Barreiras e Luís Eduardo são polos industriais de grande avanço de economia para o Estado e para a Nação, produzindo mais de 6% do agronegócio brasileiro.

Temos uma dificuldade imensa na questão das redes lógicas. Faço um apelo a V.Exa. para que possa dinamizar essa questão para nossa região. Em especial, faço uma cobrança: que o Ministério possa, através de V.Exa., determinar às telecomunicações, à ANATEL, e já fiz uma cobrança, que melhore o péssimo sinal oferecido pelas companhias Vivo e TIM, entre outras. Não tem mais condição de a nossa população ligar cinco, seis vezes e não falar, pelo volume de mau serviço prestado por essas companhias. Gostaria que essas providências fossem tomadas.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Com a palavra o nobre Deputado Silas Câmara.

O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA - Sr. Ministro, em primeiro lugar, parabênizo V.Exa. pela belíssima exposição que fez a toda a Comissão. Na verdade, depois de ouvir tantas indagações dos Deputados que me antecederam sobram as questões regionais para ouvir de V.Exa. algumas explicações.

Igual à Bahia, e o Deputado Oziel Oliveira acaba de registrar o péssimo sinal das empresas de telefonia celular, é o Amazonas. Todas as questões nacionais que envolvem educação, saúde estão contidas num cenário de Nação. Isso é muito importante. No meu Estado mais ainda, porque temos 1,5 milhão de quilômetros quadrados e os Municípios estão completamente à mercê da capacidade de ter, por exemplo, médicos especialistas lá na ponta.

Eu queria, portanto, reiterar a importância estratégica que tem o programa de medicina a distância para um Estado como o Amazonas. No entanto, é praticamente impossível ter um bom programa desse instalado com a qualidade da telefonia celular. É algo dramático. E não só celular, como também fixa. Deveria ser um socorro da maior clareza da telefonia celular. Isso não conseguiu evoluir. Todos os anos, eu tenho a oportunidade de receber V.Exa. na Comissão, na qual estou há 16 anos, e sempre minha indagação é a mesma. Parece até uma cantiga de grilo que não quer mudar nunca. Mas a verdade é que nós não conseguimos evoluir mesmo.

Em Manaus, que tem tantas opções para Internet de qualidade, como a fibra ótica que vem de Boa Vista, a fibra ótica com parte em rádio da EMBRATEL que vai de Porto Velho para Manaus, o Linhão de Tucuruí, a qualidade da Internet continua péssima. Não existe 4G sob hipótese nenhuma em na Capital. É sede de Copa e essa configuração tecnológica de acesso à Internet é zero de possibilidade. Recentemente, estive conversando com o Governador sobre isso, e ele me disse que não acredita na possibilidade de nós termos, em Manaus, até a Copa, uma qualidade de Internet que realmente corresponda à necessidade que o próprio “padrão FIFA” — entre aspas — quer.

O meu tempo já acabou, mas eu queria fazer dois registros importantes. No Amazonas, a capacidade e a qualidade não evoluíram. Da última vez em que V.Exa. esteve aqui até hoje, eu acho que a gente regrediu quanto à capacidade de melhoria



de acesso à telefonia celular e à Internet, principalmente no interior do Estado. Com relação às rádios comunitárias, para nós, é situação estratégica, como foi dito por todas as pessoas aqui, mas no Amazonas ainda temos, por exemplo, 30 Municípios que não têm nenhum tipo de rádio. Portanto, essa é uma questão importantíssima.

Por último, mas não menos importante, temos a questão da migração das rádios AM para FM. Já que é iniciativa do próprio Ministério, pergunto a V.Exa. se não existe a possibilidade de o próprio Ministério, nos Municípios ou nas capitais em que já existe disponibilidade de frequência de rádio FM, outorgar, em caráter experimental, para quem tem a frequência disponível, para que essas empresas não fiquem no bolo das mais de 2 mil que terão acesso a essa possibilidade com a inclusão de canais disponíveis no plano básico ou digital, para que não faça em cima da indústria de fabricação de transmissores uma pressão que inclusive vá atrasar essa migração. Isso é possível na sua análise?

Por último, Ministro, eu queria deixar uma pergunta para V.Exa. sobre a região metropolitana. Na última vez em que estive aqui, foi dito que há exigência do Ministério e da ANATEL para que as empresas de telefonia façam as estradas das regiões metropolitanas que envolvem as grandes capitais, como, por exemplo, Manaus e seus Municípios da Região Metropolitana, que não têm nenhum tipo de telefonia no acesso das suas estradas. Também funciona muito mal nas sedes, mas nas estradas é zero.

São as minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Com a palavra o nobre Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Ministro, inicialmente, eu quero me associar a todos aqueles que estão muito felizes com a aprovação do Marco Civil da Internet. De fato, conseguimos realizar um diploma legal avançado, moderno, democrático, que, sem nenhuma sombra de dúvida, é algo importantíssimo para a população brasileira e é algo que nós oferecemos — por que não dizer? — para o mundo como exemplo de legislação adequada para a Internet.

Eu queria levantar dois pontos de maneira clara e objetiva. Primeiro, aqui muito se falou sobre o problema das comunicações móveis na área rural, o que



envolve muitas vezes distritos que não são necessariamente predominantemente rurais, mas são extremamente mal atendidos pelo serviço móvel pessoal, ou seja, pela telefonia celular. Ministro, o que ocorre é que, em determinados Estados, as empresas têm obrigação de realizar a cobertura da área rural pela licitação que ocorreu em 2012, mas, muitas vezes, não dispõem das frequências mais adequadas para levar sinais a localidades distantes, ou seja, frequências na faixa de 800 megahertz ou coisas desse tipo.

Eu penso que nós deveríamos realizar um esforço muito grande para criar condições a fim de que essas obrigações — 30% agora, 30% no segundo semestre e 40% no ano que vem — sejam para ampliar, de maneira clara, a cobertura do serviço, pelo menos o de terceira geração. O que as empresas vão fazer é estabelecer alguns dispositivos fixos em algumas comunidades, e isso não resolverá o problema que está sendo aqui descrito por todos os Parlamentares da péssima qualidade do serviço de telefonia celular, sobretudo nessas áreas mais distantes, nos distritos, nas áreas rurais.

Eu acredito que, com esforço, pelo compartilhamento de frequência, mesmo que haja impeditivos do ponto de vista legal, podemos pensar numa medida provisória, que seria acolhida por este Parlamento, desde que queiramos, efetivamente, melhorar a qualidade do serviço.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - V.Exa. me permite um pequeno aparte, se o Sr. Presidente concordar?

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Pois não, Deputado Paulo Abi-Ackel.

O SR. DEPUTADO PAULO ABI-ACKEL - Meu caro amigo, Deputado Jorge Bittar, cumprimentando o ilustre Ministro das Comunicações, com quem tivemos convivência tão positiva na Comissão no ano passado, quando eu estava na Presidência, eu quero colocar a V.Exa. que nós verificamos juntos, em recente missão, a questão da *small cell*. Então, eu queria colocar essa questão ao Sr. Ministro, já acreditando que tenha a ver com a indagação do Deputado Jorge Bittar.

Ministro, indago sobre essa inovação tecnológica já anunciada e divulgada ao mundo como a solução para a colocação do sinal de celular em zonas distantes ou neutras, onde o sinal, devido a construções, edificações ou mesmo à distância, não atinge a sociedade. Através de alguma medida no FISTEL — Fundo de Fiscalização



das Telecomunicações, nós não teríamos condições de implantar essa inovadora tecnologia tão anunciada como a solução para países e cidades grandes, como foi anunciado a chamada *small cell*? Para aqueles que não tiveram oportunidade de conhecer — nós inclusive conhecemos juntos —, são pequenos postes, do tamanho desses utilizados pelas companhias elétricas, usados como torres menores, mas com capacidade de potencializar o sinal se colocados em determinados locais estratégicos, inclusive nas zonas rurais e distantes do território brasileiro.

Cumprimento meu queridíssimo Presidente Ricardo Tripoli.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Agradeço a contribuição ao Deputado Paulo Abi-Ackel.

Ministro, nós temos obrigações de cobertura das empresas na área rural derivadas do leilão de 2012 e, numa outra coluna, os recursos para isso — frequências, infraestrutura e assim por diante. Não necessariamente a empresa que tem obrigações dispõe da infraestrutura mais adequada numa determinada região. Nós precisamos realizar essa compatibilização.

No Rio de Janeiro, isso ocorre. Ao tentar resolver o problema de Angra dos Reis, onde estão instalações nucleares, o que faz com que o problema das comunicações adquira gravidade maior na região, a TIM, que tem obrigações no Rio, não dispõe de frequências adequadas para fazer comunicações móveis em atendimento a sua obrigação derivada do leilão de 2012. Isso ocorre em outras localidades do Brasil.

Eu acho que nós deveríamos fazer um esforço muito grande no sentido de prover condições para que possamos, de fato, com essas obrigações, resolver o problema de telefonia celular, na forma de serviço de terceira geração, nessas áreas mais distantes e muito importantes do nosso País.

A outra questão é que eu gostaria de ouvi-lo um pouco mais sobre o Plano Nacional de Banda Larga nº 2. Eu acho que nós temos que trabalhar. Já tivemos grandes avanços, como aqui já foi registrado. Agora, nós temos que tratar da universalização da banda larga de alta velocidade com qualidade no País, mesmo pelo atendimento dos serviços fixos, porque não dá para separar o fixo do móvel. *Backbone* e *backhaul* servem para telefonia móvel, mas servem também para levar



— telefonia móvel, no caso, é Internet móvel —, chegar mais perto da casa das pessoas com serviços fixos de banda larga de alta qualidade.

Então, nós precisamos fazer esse inventário, articular o plano, como a própria revisão, as obrigações que as empresas têm da revisão agora dos contratos das concessionárias. Não são só elas que fazem isso, mas criar condições para que a gente possa, num determinado horizonte de tempo, oferecer banda larga de qualidade e ter coisas como o Deputado Ariosto Holanda disse no País: telemedicina, tele-educação, cidades inteligentes e tantas outras aplicações que podem melhorar muito a qualidade de vida da nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Encerrado o primeiro bloco, eu menciono a presença da nobre Deputada Iara Bernardi a nossa reunião e passo a palavra ao Ministro Paulo Bernardo para que possa fazer suas considerações.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Muito obrigado, Presidente.

Tentando objetivamente responder, vou direto às questões levantadas pelo Deputado Newton Lima. Com relação aos fundos setoriais e de contingenciamento, eu não quero me alongar. V.Exa. sabe que tenho no meu currículo... Eu fui do Planejamento e também tive que trabalhar essa questão fiscal, meta de superávit, contingenciamento. Então, eu procuro não me estressar, de forma alguma, com a área econômica por conta disso. Evidentemente, nós, sentindo necessidade, temos que ir lá cobrar, negociar e resolver, e acredito que estamos fazendo.

Acho que nós temos que, num determinado momento, resolver o que nós queremos fazer com esses recursos no caso de se conseguir um contingenciamento. Eu falo isso, porque eu tenho conversado com a Presidenta Dilma em algumas ocasiões, que já me assegurou que tem intenção de colocar recursos fiscais em áreas em que acha que será importante estimular a produção de infraestrutura. Portanto, quanto a essas questões que levantaram aqui o Deputado Ariosto Holanda e vários outros, parece-me que nós precisamos selecionar onde vamos colocar. O FUST — Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, foi criado para universalizar telefonia fixa. Isso não faz o menor sentido mais.

Como vai Deputada Luiza Erundina? Tudo bem? *(Pausa.)*



Então, eu acho que nós temos que fazer este debate: o que nós vamos conseguir descontingenciar? Quais serão as prioridades e para onde nós vamos?

Também acho que é extremamente importante isso que V.Exa. colocou sobre a Lei Geral de Telecomunicações. Concordo. Há problema de defasagem. Eu até sugeriria a esta Comissão e à Câmara... Nós vamos fazer o debate da revisão do contrato, do chamado PGMU — Plano Geral de Metas para a Universalização. Parece-me o momento oportuno para fazer esse debate. Da nossa parte, do Ministério, nós achamos que isso deveria ser discutido.

Já vou me antecipar ao que disse também o Deputado Jorge Bittar, a algumas colocações que fez sobre o Plano Nacional de Banda Larga. Eu acho que nós temos que discutir. Na hora em que formos discutir o contrato de concessão fixa, nós temos que discutir a questão tecnológica.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Sim, sim. Claro.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - A Deputada Luiza Erundina chegou agora, não estava acompanhando. A telefonia fixa tem limitação muito grande do ponto vista tecnológico, e o contrato só para ela tem essa mesma limitação tecnológica, primeiro, porque as pessoas não querem, segundo, porque é mais caro.

Então, nós precisamos ver como combinamos a revisão da concessão da telefonia fixa com o necessário avanço tecnológico, o que é possível fazer, o que nós podemos permitir que as empresas façam em troca do que nós vamos exigir que façam: *“Vocês vão poder fazer isso, mas nós vamos exigir que isso seja feito”*.

Eu estou colocando de maneira superficial, porque esse debate vai começar agora. Quando fiz minha primeira intervenção, disse: é evidente que esta Comissão vai querer entrar nesse debate, que a Câmara vai querer debater isso. Nós publicamos os primeiros indicadores, os primeiros documentos, nós vamos ter que fazer esse debate. E eu me coloco à disposição. Eu acho que é isso que nós temos que fazer. Como é que nós avançamos do ponto de vista de um arranjo econômico e tecnológico que seja melhor para o consumidor, que seja melhor para o País, e buscamos tirar mais um pouco do atraso tecnológico, como bem lembrou o Deputado Ariosto, que se discutia na década de 90.



(Não identificado) - E, nesse bojo rediscutir, a Lei Geral das Telecomunicações.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Claro, nós vamos ter que rediscutir. Então, eu posso fazer uma discussão meio tolhida, porque, nos marcos da atual legislação, eu vou dizer quais são as metas, e os senhores sabem que nós já começamos a discutir com as empresas em outros tempos. Por exemplo, não havia metas de obrigação para a Internet. Isso foi introduzido nas últimas duas revisões. Por que nós não podemos fazer uma revisão mais aprofundada disso? E eu digo que é bem provável que nós precisemos de autorização legislativa, se quisermos fazer um arranjo mais aprofundado. Como vamos resolver para universalizar a Internet? Como vamos resolver para conseguir novas possibilidades de tecnologia nesses contratos? Então, eu colocaria isso como um desafio.

Sobre o que disse o Deputado Ariosto Holanda, eu me lembro desta Comissão, até participei também desse debate com V.Exa., que, na época, já era referência nessa questão.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Completou os 20 anos. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - É veterano! É veterano!

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - É verdade. Faz tempo. *(Risos.)*

Então, veja bem, Deputado, a questão é justamente esta: como nós podemos usar as tecnologias da informação e da comunicação para fazer avançar áreas como educação? Eu não sou educador, eu não sei. Eu acho que nós podemos fazer uma discussão com o Ministério da Educação e envolver o Ministério de Ciência e Tecnologia e as universidades, que V.Exa. mencionou, e cabe ao Ministério das Comunicações, às áreas técnicas, criar suporte para isso.

Mas é evidente que nós precisamos avançar e usar essas novas tecnologias para transmitir conhecimento acumulado, para fazer modernização na sala de aula, fazer modernização no livro. Hoje, por exemplo, o Governo gasta 2, 3 bilhões de reais — nem sei a conta — com livro didático. Pode ser que, daqui a 4 anos, esteja tudo em meio digital. Em vez de mandar livro pelo correio para as pessoas, baixa no *tablet*. É claro que isso envolve mudança até cultural por parte dos professores, dos



alunos, mas quem tem que resolver isso não sou eu. Eu acho que nós temos que criar condições tecnológicas para que isso aconteça. V.Exa. tem toda a razão.

Eu queria dar boas notícias, mas ainda não suficientes, Deputado. Por exemplo, com a RNP — Rede Nacional de Ensino e Pesquisa e a TELEBRAS, nós estamos fazendo as conexões de Internet de todos esses novos institutos federais, os *campi* universitários criados no interior, e com parâmetro mínimo: não vai ter instituto federal com menos de 100 megabits de conexão. Isso já está sendo feito.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Não dá para chegar a 1 giga?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Depende. É o seguinte, Deputado: com relação aos hospitais universitários, já fizemos reunião com o MEC, e estão pedindo para construir a rede já com 10 gigas de capacidade. Mas telemedicina é outra coisa. A pessoa está lá fazendo uma operação e tem um médico a distância acompanhando. Aquilo tem que ter absoluta confiabilidade, definição, tudo. Quer dizer, eu vi lá alguns quadros de operação do coração, por exemplo. O coração aparece numa tela desse tamanho aí. Então, o médico tem uma visão absolutamente perfeita do que precisa ver.

O Deputado Silas Câmara também falou dessa questão da telemedicina. Veja bem, nós precisamos dimensionar para cada instituição o quanto precisa. Se tem um instituto com 2.500 alunos, mais professores e funcionários, é um determinado dimensionamento e capacidade de rede; se tem uma universidade grande, como a Universidade Federal do Paraná, tem que estar conectada com 10 gigas.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Por que V.Exa. falou do Paraná e não de São Carlos? Eu não entendi. Eu queria entender esse exemplo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - É que a Universidade de São Carlos é maior ainda e talvez tenha necessidade de mais rede. Então, Deputado Newton Lima, nós temos que dimensionar isso. E essas redes nós estamos fazendo em conjunto e já estamos fazendo com capacidade maior porque vai conectar a universidade, mas o entorno da universidade pode se beneficiar dela rede e ser ramificada para outras.

Então, com relação à da audiência com ANDIFES, CONIF, estamos à disposição, Deputado. É evidente que nós temos que fazer essa discussão também



com MEC e MCT para envolver outras partes, porque o Ministério das Comunicações fala de uma parte dos problemas.

O Deputado Oziel Oliveira levantou questões de radiodifusão. Eu acho que nós estamos de acordo nisso. Os processos estão andando, e nós precisamos fazer com que avancem da melhor forma possível, para modernizar de fato o nosso setor.

A questão da Internet rural, sobre o que falei um pouco, nós temos nos detido sobre soluções tecnológicas. Por exemplo, há uma grande chance de o interior da Bahia ser conectado já com o celular. Quer dizer, já vai ter a ligação nos distritos. Isso que o Deputado Jorge Bittar levantou é um problema, e de fato nós estamos vendo se o caminho não é fazer Internet fixa, porque as pessoas não querem, elas querem mobilidade. Então, a Bahia tem condições excelentes de ter a solução pela via do celular móvel. Eu sei que tem mais ou menos 15 milhões de habitantes, mas eu não sabia que tem a maior população rural.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Tem que ter cuidado com o Deputado Oziel Oliveira, que quer dividir a Bahia e ser Governador do Estado de São Francisco.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Eu não vou me meter em briga de baiano.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Então, vá com cuidado com o Deputado Oziel, porque quer dividir a Bahia e levar a metade dela para o Estado de São Francisco. *(Riso.)*

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Mas nós temos que atender tudo...

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Sim, Ministro, e essa questão do sinal...

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Então, isso vai ser atacado agora.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Sim, mas e a questão das cidades-polo, como Luís Eduardo e Barreiras, onde o sinal prestado pelas operadoras é de baixa qualidade?

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Todo o interior do Brasil se ressentem muito da má infraestrutura e da qualidade do sinal. A nossa ideia de fazer



essa interiorização é justamente para exigir que haja infraestrutura também no interior e que essas populações sejam atendidas com melhores condições. E por que tem que ser preferencialmente móvel, como o Deputado Bittar está dizendo? Porque a pessoa sai dali, vai para outro lugar, outro Estado usando o mesmo...

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Se V.Exa. me permite, só essa região tem mais de 1 milhão de habitantes; as três cidades têm mais de 300 mil habitantes cada.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Eu só não vou dar palpite nesse negócio que disse aí o Deputado Araújo...

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Eu estou reservando uma vaga de Senador para ele. *(Risos.)*

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - O Deputado Silas Câmara levantou todas essas questões verdadeiras sobre a Região Norte, e, de fato, nós precisamos avançar. Nós temos feito investimentos, mas eu acho que estamos num momento de praticamente um ponto de inflexão na Região, principalmente no Amazonas, em Manaus, porque o Linhão de Tucuruí ficou pronto agora, vai ser inaugurado nos próximos dias. Não sei se já tem data marcada, mas vai começar a operar. Tem uma rede de altíssima capacidade instalada de fibra ótica de Tucuruí a Manaus e também já chegou a Macapá, porque, depois de cruzar o rio, ela bifurca. Então, é evidente que vai melhorar tremendamente a qualidade das conexões no Amazonas, no Amapá, e não só em Manaus, mas em todas as cidades que vão ser abrangidas no percurso. São 1.870 quilômetros de linha nos dois Estados.

E também conseguimos acordo com o Governo do Amazonas e estamos ativando as fibras óticas no trecho de Coari a Manaus, ao longo do gasoduto. Isso significa que vai ficar ainda uma situação de precariedade em muitas cidades no interior do Estado, mas vai ter uma mudança de qualidade muito grande, eu até diria radical, nessas localidades atingidas pelo Linhão, porque saem de uma situação de nada para uma de rede de alta *performance*. Então a possibilidade de melhorar o serviço de Internet, a qualidade, o acesso, abaixar preço é absolutamente palpável.

O Deputado Jorge Bittar se regozijou com o Marco Civil, e também me somei a isso. Acho que foi muito importante, principalmente pelo fato de que na Câmara teve embates muitos duros, mas depois se chegou a um acordo num projeto



equilibrado. Nós podemos dizer que todos ganhamos e cedemos um pouco. Então, acho que isso tem que ser comemorado.

Eu concordo com as ponderações sobre a área rural, que deve ser no mínimo 3G, terceira geração. Nós temos que empurrar para isso. Na Licitação de 700 Megahertz, nós estamos inclusive colocando alguns dispositivos que vão permitir, em alguns casos, que a empresa já vá para o LTE — *long term evolution*.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR - Perdão, Ministro. Eu pensei nos 700 megahertz, só que ainda são passarinho voando. O que a gente tem na mão são essas obrigações da história. Eu acho que nós deveríamos pensar em possibilidade de permuta de obrigações entre as empresas, disponibilidade de frequência etc. Eu acho que este é o momento de esforço de Ministério, ANATEL e nós do Parlamento, para equacionar esse problema e oferecer à população aquilo que ela deseja, senão haverá uma frustração muito grande.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Nós estamos de acordo e abertos para dialogar com V.Exa. e outros Parlamentares para ver como avançar nisso. Eu sei que V.Exa. estuda muito, assim como também o Deputado Paulo Abi-Ackel, que aponta corretamente essa questão dos novos dispositivos. As *small cells* não só servem para pequenos distritos, onde ficaria superdimensionada uma grande estação rádio base, mas também para as grandes localidades, onde você não pode colocar uma estação rádio base enorme. Isso vai dar problema urbanístico, de poluição ambiental, visual. Então, você coloca pequenas células que ficam mimetizadas na paisagem urbana e consegue melhorar bastante isso, sem dúvida. Já regulamentamos as menores, as *femtocells*, e agora vamos regulamentar as de maior dimensão. As *small cells* atendem mais no atacado.

Acho que eram essas as observações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradeço as considerações ao Ministro e registro as presenças da nobre Deputada Luiza Erundina e do nobre Deputado Izalci nesta reunião. Já fiz referência à Deputada Iara Bernardi.

Vou passar a palavra aos três Deputados que finalizam o último bloco: Weverton Rocha, Fernando Ferro e Paulo Foletto.

Com a palavra o Deputado Weverton Rocha.



O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar esta Comissão e o Ministro por esta iniciativa. É sempre muito importante discutirmos temas como este que atinge e que é de interesse de toda a nossa população.

Eu queria, Sr. Ministro, tirar 10 segundos para lhe parabenizar e usar o restante do meu tempo para fazer uma análise rápida e alguns questionamentos ou sugestões, para que nos diga em que pé está e como o Ministério está tratando essas questões.

Primeiro, eu não vou falar sobre o 4G ou novas tecnologias, porque num Estado como o meu, o Maranhão, se V.Exa. falar em 3G, ainda é sonho em muitos lugares, imagine sinal de celular. Da tribuna falei, no ano passado, uma frase que até saiu publicada num desses jornais nacionais, mas não foi brincadeira. Se fizer uma pesquisa no Estado, vai ver que muitas pessoas mudaram os nomes das operadoras. Por exemplo: Vivo é “morta”; Oi é “tchau” — todo mundo diz que vai dar tchau e já se sabe que está ligando para Oi —; TIM é “te enganei”; Claro é “escura”. Por quê? Porque o serviço é muito ruim aonde chega, imaginem aonde não chega.

Para V.Exa. ter ideia, no Maranhão temos Municípios grandes, como Barra do Corda, Balsas, um dos maiores produtores de soja do Brasil, e só na sede pega sinal de celular — e olhe lá! A Câmara de Vereadores já fez comissão, audiência pública, veio para cá no ano passado, e levei Vereadores e Prefeito para conversar com a ANATEL. Eu lhe digo, Sr. Ministro, a sensação que me dá — e vejo seu esforço, o quanto tem trabalhado no Governo, junto com a Presidenta Dilma —, às vezes, é de impotência.

Assim como a aviação civil tem a ANAC — Agência Nacional de Aviação Civil, hoje, se fizer um teste, mandar fechar a ANATEL e abrir só daqui a 2 anos, a população não vai nem perceber que fechou, porque ninguém se sente protegido ou respaldado pelos trabalhos das nossas Agências. Vá a um gabinete desses. Eu, particularmente, nunca entrei no gabinete do Presidente da ANATEL porque ele não me atende. A gente marca audiência, e manda técnicos falar com a gente. Você chega a um gabinete desses, e não tem nem noção de como é. Só as salas dos técnicos dão cinco ou sete gabinetes de um Deputado. Mande ajeitar um gabinete de nossos gabinetes para receber uma comissão do Estado e todo mundo vira



bandido. É um pudor grande. Não pode falar de estrutura para a gente trabalhar. Agora, vá aos gabinetes das Agências, é coisa de Primeiro Mundo, é impressionante a estrutura. E você não se sente hoje representado por essas Agências.

Então, eu queria aqui concluir dizendo do desafio que o Ministro Paulo Bernardo tem dentro dessa política do Ministério e fazer um apelo: peça para que, nesses editais — eu não sou da área técnica —, nesses contratos de prestação de serviço, como se diz lá no ditado popular: *“quem pegar o filé pegar um pouquinho do osso também”*. É inadmissível achar que as empresas que pegam os contratos bons, como V.Exa. mesmo disse, onde tem densidade e ganham muito dinheiro, não deem contrapartida em atender a zona rural ou a comunidade menos assistida.

Eu tenho vários exemplos de povoados grandes, com 5 mil habitantes, que não têm telefonia móvel ainda em pleno século XXI, e a gente falando aqui de 4G. Dentro de lugares, perto da cidade-sede, com 5 mil pessoas morando, por exemplo, Barra do Corda, Três Lagoas do Manduca, ainda é sonho um telefone. Lá, quando eu chego, dizem: *“Deputado, pede para a Presidenta Dilma mandar um telefone móvel para cá; nossos filhos estão estudando, e a gente não tem comunicação durante a semana e não sabe nem o que aconteceu”*.

Então, eu faço aqui este apelo e peço, Sr. Presidente, também para dar sugestão lá na ponta, porque às vezes a gente se preocupa com tantas coisas grandes e acaba não olhando para as pequenininhas que fazem a diferença no dia a dia do trabalhador.

Dou exemplo. Minha tia é professora. Ela me disse: *“Meu sobrinho, dê uma sugestão lá na ANATEL”*. E eu fiz assim: *“Vixe!”* Ela disse: *“Dê uma sugestão para nós ajudar, porque agora tem esse negócio de portabilidade e hoje a maioria dos brasileiros usam cartão pré-pago. Eles têm lá o seu dinheirinho e têm um creditozinho”*. Então, às vezes, quando a pessoa que tem aparelho da TIM liga para o senhor... Eles têm lá um monte de promoção, um liga da TIM para o outro. Se o senhor chegar lá para o assalariado, ele tem cinco ou seis *chips*, um de cada operadora. Aí, ele pergunta: *“O teu é qual?”* O outro responde: *“É Vivo”*. Aí, ele liga de Vivo para Vivo por conta das tarifas. O que acontece? Às vezes, a pessoa faz a portabilidade para outra operadora, o coitado liga, não está sabendo que está ligando para outra operadora e lá vão embora seus créditos.



Então, não custa nada as operadoras avisarem, numa mensagem, que você está ligando para um telefone que acabou de ter portabilidade para outra empresa, para a pessoa saber se ela quer continuar ou não com essa ligação, até para ela poder economizar seus créditos.

Eu peço desculpas pelo meu tempo, mas eu penso que a gente tem que colocar o que está sentindo, Sr. Ministro, porque é muito importante o trabalho que V.Exa. está fazendo, e tenha noção de que esse trabalho da rádio comunitária lá na ponta ajuda a combater a violência local, as drogas. É um trabalho fundamental.

Parabéns pelas 400 outorgas e vamos colocar essas outras 700 também para funcionar, para a gente democratizar ainda mais o acesso a nossa população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Com a palavra o Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Sr. Presidente, Sr. Ministro, o Canal da Cidadania foi lançado, se não me engano, em 2012. Como está a evolução da implementação daquela proposta? O que existe? Às vezes, eu tenho a impressão de que as pessoas não conhecem, porque todo mundo ouve falar em rádio comunitária. O Canal da Cidadania prevê a disseminação das TVs comunitárias, e qualquer Prefeito pode solicitar. Está sendo mal divulgado ou não sei o que está acontecendo. E é dentro do sistema digital que se permite isso.

Quero inclusive deixar uma sugestão, Sr. Ministro. O Canal da Cidadania, por exemplo, não poderia dedicar a todos os institutos tecnológicos, universidades tecnológicas, principalmente esses que estão sendo interiorizado, um canal com menos burocracia para se instalar? Porque é importante que eles tenham equipamento desse tipo tanto para atividades educativas quanto para um processo de comunicação da comunidade. Gostaria de saber, primeiro, como é que isso está.

Segundo, o Programa Luz para Todos está praticamente atingindo todo o Brasil. Mais de 99% dos habitantes do País têm energia elétrica. Por que foi possível o Programa Luz para Todos? Primeiro, porque houve decisão de Governo, depois, porque tinha estrutura do Estado brasileiro. através das empresas estatais, que permitiram esse programa. Se nós tivéssemos privatizado o setor elétrico, dificilmente aconteceria o Programa Luz para Todos, pelos seus custos e pela



inviabilidade. Então, o processo de universalização no Brasil requer o fortalecimento da TELEBRAS.

Eu gostaria de saber quais são as perspectivas que se têm em relação ao corpo da ELETROBRAS para participar de um programa de universalização que não me parece do interesse de empresas comunidades remotas, distantes, onde até o retorno não é de interesse do mercado. Nós sabemos que isso requer um impulso de subsídio que passa por recursos de Estado. Acho que a TELEBRAS poderia entrar nisso, evidentemente, adequando sua atual estrutura de funcionamento.

Por último, eu não sei se é o caso, mas acho que o Ministro pode ajudar nesse debate. Eu vou citar uma coisa que alguns podem até achar exótica. Foi criada a Copa Nordeste, com os times de futebol da Região. Nós somos, de certa maneira, monopolizados. No domingo, quem não tem televisão fechada tem que assistir aos jogos do Rio de Janeiro, prioritariamente transmitidos pela *Globo*, ou de São Paulo. Quando não são transmitidos pela *Globo*, ela força a *Band* a repetir seus jogos. Nós temos monopólio nessa área. Enfim, fizeram a Copa do Nordeste. Uma TV interativa, se não me engano, entrou e tinha público reprimido para o jogo de futebol da Região. Impressionante, o jogo Santa Cruz *versus* Moto Club estourou em audiência, ganhando do *Fantástico*, num dia de domingo em Recife. Eles ficaram se perguntando por quê?

É aquela história, o Brasil não conhece o Brasil. As pessoas pensam que futebol e apaixonados por futebol só existem no eixo Sul/Sudeste. Essas coisas precisam ser pensadas. Nós temos que pensar num sistema de comunicação que atenda às questões regionais. Isso faz parte do processo de desenvolvimento nacional. Há um monopólio e um buraco em áreas que algumas televisões regionais poderiam suprir, para não ficar nesse monopólio, que não é democrático, não ajuda a desenvolver o País e que submete as riquezas regionais à lógica de uma empresa. Que a *Globo* tenha o direito de transmitir, mas que haja concorrência e que se abra a outros canais a possibilidade de divulgar atividades culturais e desportivas regionais. Nós temos um monopólio, que é criminoso, contra a identidade nacional, contra a cultura nacional.

Então, eu acho que o Governo tem que abrir essa discussão com a sociedade brasileira. Pelo que vi no jogo entre América de Natal e Vitória, da Bahia, de repente,



isso dá audiência nessas cidades, envolve, consolida e ajuda o desenvolvimento dessa atividade. Estou dando aqui o exemplo do futebol, mas isso vale para a cultura, vale para outras coisas, vale para desenvolver a comunicação a serviço da ciência, inovação e tecnologia para outras áreas, para desconcentrar esse processo que nós vemos hoje no Brasil.

Eu acho que a gente pode trabalhar para consolidar a visão de um crescimento mais equilibrado deste País, e a comunicação é importantíssima para isso.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Foletto, que já ocupou o cargo de Secretário de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado do Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO PAULO FOLETTTO - Obrigado, Deputado Ricardo.

Primeiro, quero registrar meu profundo reconhecimento e admiração por V.Exa. pelo esforço que tem feito para melhorar a área de telecomunicações do Brasil, em que pese às dificuldades que a gente ainda tem no setor público.

Para iniciar, digo que concordo com o Deputado Weverton. A impressão que a gente tem, de alguns políticos, da população, de técnicos e de pessoas com as quais a gente conversa, é de que a ANATEL é uma filial das Teles. Esse é um conceito que existe e que o Governo tem que trabalhar para desconceituar, porque ninguém acredita que a ANATEL seja uma agência que tenha isenção de atitudes. Se ela tem, ela precisa trabalhar esse conceito negativo que existe na nossa mente.

A Lei das Antenas é importante. Nós trabalhamos para que ela se consolide o mais depressa possível. Eu participei da Comissão, e foi feita uma audiência pública no Espírito Santo. Nós temos um estudioso do tema na Universidade Federal que até ajudou a formular o modelo final, que o Deputado Edson Santos, que foi o Relator da matéria, montou. Acho que a gente tem que trabalhar, porque isso vai ajudar bastante, principalmente nessa questão da reclamação.

É fundamental que a gente trabalhe — acho que o Ministério tem muita importância nisso, e V.Exa. já falou que é favorável — a miscelânea de negócios que existem entre as Teles, para que a gente consiga avançar no caminho da instalação, principalmente, da telefonia móvel rural. Eu sou um defensor desse tema



desde o dia em que assumi o mandato. O Espírito Santo, o senhor sabe disso, acaba de contemplar 81 comunidades rurais com Internet 3G e telefonia móvel. Isso leva tanta felicidade a nossa população do interior, que é algo indescritível e inimaginável! Só resta instalar. O Governador, nas primeiras 10 que já se consolidaram, fez a primeira ligação. E a primeira ligação que ele fez de uma dessas comunidades foi para o Bispo da região, que, por acaso, estava em Israel e atendeu na hora. Enfim, é uma coisa importantíssima!

Quero chamar a atenção para isso porque tenho dúvidas; por exemplo, se elas conseguirão cumprir o cronograma previsto quando do leilão do 4G. Elas também ficaram responsáveis por fazer esse atendimento.

Para terminar, lembro que sou cirurgião de formação e muito objetivo. Claro que os outros Parlamentares que me antecederam praticamente esgotaram a possibilidade de respostas, que foram muito bem colocadas pelo senhor. Os estudos — e quem falou isso foi o Ministro Mercadante, ainda quando estava na Educação — mostram que jovens adolescentes não suportam mais do que 15 a 20 minutos de fala de um professor. Vejam que hoje os nossos filhos hoje não suportam mais a gente ficar conversando muito tempo com eles. Para eu conversar com os meus, eu falo: *“Desliguem o celular, olhem nos olhos e vão fazer as coisas que a gente fazia antigamente”*. Isso é algo que a gente tem que cuidar, porque essa impessoalidade está levando — e já termino o meu raciocínio — violência às nossas cidades, violência grassada muito mais na nossa periferia, mas que já chegou à classe média.

A gente tem de dar condições às escolas para que tenham comunicação em tempo integral e ofereçam igualdade de oportunidades à nossa população jovem. Isso é que vai diminuir a violência. E o Ministério das Telecomunicações, a Pasta que V.Exa. dirige, para mim é fundamental nesse processo de educação dos nossos jovens.

Fica registrado o meu respeito e a minha admiração ao trabalho que V.Exa. tem desenvolvido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Araújo.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela iniciativa de convidar e trazer aqui o Ministro. Eu vivo debatendo, na Comissão de Defesa do Consumidor, para que lá levem o Ministro também. Nós já estamos com a data mais ou menos acertada — no final do mês de abril, dia 30 — para uma sessão com a sua assessoria, Ministro. E também quero parabenizá-lo, Sr. Ministro, pelo trabalho que V.Exa. tem feito. Nós aqui conversamos muito, e todo o mundo falou muito bem. O Deputado Oziel colocou as preocupações da Bahia, que são minhas também. Mas se falou muito, Ministro, do futuro. E só lá na frente é que os programas vão ser feitos.

Para os senhores terem ideia, nessas duas semanas atribuladas, eu liguei para a minha filha a fim de falar com o meu neto, que tem 5 anos. E este me disse: *“Vovô, eu te amo! Um abraço! Estou ocupado...”*. Ele estava brincando com o *tablet* e quase nem me ouviu. Com 5 anos de idade! Então, isso é para os senhores verem como as coisas estão evoluindo.

Nós falamos, realmente, muito do futuro, de lá na frente. A minha preocupação é com o interior. Na área rural, algumas coisas têm que ser flexibilizadas, Ministro. As pessoas não se conformam com isto, que somente alguns Distritos são beneficiados por estarem mais perto de uma sede ou de um lugar que tenha sinal. No Estado, três empresas estão colocando o sinal de celular. Acontece o seguinte: em um Distrito, o sinal chega bem. Eu, que também tenho equipamentos no carro, consegui pegar um sinal, mas de outra operadora. Mas o povo não se conforma. Não é porque existe uma torre ali. Às vezes, a torre não resolve o problema. Eu, que fui da área, sei. E não foi, a torre, da operadora definida para aquele pedaço da Bahia. Então, todos eles querem sinal. Temos que flexibilizar, para que a outra empresa possa chegar até lá com o sinal. Precisamos arrumar alguma forma para que isso possa ser exigido. Não podemos engessar, ficar com apenas uma operadora numa área.

Nós falamos muito de futuro, de lá na frente. Vamos falar em daqui a pouco, daqui a 4 meses, daqui a 3 meses, na Copa, Ministro. Estou muito preocupado...

Não é segredo para ninguém — e eu, geralmente, não gosto de falar deste tema — que o sinal de telefonia móvel está muito ruim em todas as capitais, em todas as localidades do Brasil. Muito vivem com o sinal sempre caindo. Não quero



nominar nenhuma das empresas. Em Salvador, a gente não consegue falar por 2 ou 3 minutos, por uma operadora, sem que o sinal caia por 2 ou 3 vezes.

Qual a minha preocupação? A Bahia é um Estado de cidades turísticas. No verão, a gente multiplica por 2 o número de aparelhos de telefonia celular, principalmente no carnaval. No carnaval passado, 1 milhão e 700 mil pessoas estiveram na Bahia. E o que acontece? Sobrecarrega-se a *Web*, sobrecarrega-se todo o sistema, e há problemas.

Então, os senhores imaginem isso durante a Copa! A minha preocupação, Ministro, é justamente com a Copa. Como isso vai acontecer? Quais as providências que estão sendo tomadas? A 3 meses da Copa, nós já estamos com problemas. Como vai acontecer lá na frente? Nós estamos muito preocupados, porque o sistema pode entrar em colapso, se continuarmos com isso aí. Na certa, vai acontecer um colapso.

Eu sei que V.Exa. é um homem de planejamento. No seu currículo há a história do planejamento. Tenho certeza de que há um planejamento para que isso não aconteça — mas mesmo assim me preocupo. Fui do setor, Ministro, e conheço um pouco do tema.

Deputado Weverton, por favor! Deputado Izalci, por favor! V.Exas. foram conversar justamente na hora em que eu estava falando com o Ministro, e não consegui fazê-lo!

Então, Ministro, como estava dizendo, fui do setor e conheço um pouco o tema. Já saí há muito tempo, mas ainda ficam resquícios. Então, estou preocupado com isso, muito preocupado mesmo, principalmente com o que vai acontecer em Salvador, na Bahia, que é uma cidade-sede da Copa. Vai haver jogos lá, e eu estou muito preocupado com o que pode acontecer na Bahia nos dias de jogos, ou na semana que antecede os jogos da Copa. Mas tenho certeza de que V.Exa., como homem de planejamento, deve estar tomando todas as providências possíveis e imagináveis que o setor requer.

Quero parabenizá-lo, mais uma vez, por todo o trabalho que V.Exa. tem feito à frente do Ministério, não deixando de elogiar, Ministro, o seu braço direito, pelo menos na Câmara, que é o Cristian, que, realmente, nos atende muito bem. Ministro, o “não” às vezes soa até bem! O pior é quando o cara dá um “não” de



forma brusca. Às vezes, a gente pede as coisas ao Cristian, e ele diz “não”, mas diz de uma forma suave, que soa melhor aos ouvidos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Agradecemos ao Deputado José Carlos Araújo a intervenção.

Tem a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Ministro, mas, ao mesmo tempo, quero agradecer aos membros da Comissão, a todos os meus colegas Parlamentares, pela votação da PEC 290, ontem, o que realmente foi um marco para esta Casa, para a ciência e a tecnologia. Então, agradeço a todos pelo apoio! Foi uma votação unânime. Houve um erro na votação. O resultado foi de 399 a 1, e acho que esse voto contrário foi fruto de um equívoco. Porque tudo foi muito bom. Eu espero que, após as 5 sessões, a gente possa votar, no segundo turno, no Senado. Vamos trabalhar com o Senado hoje ainda, para que a gente possa já marcar essa votação naquela Casa.

Sr. Ministro, só vou tocar num assunto, até porque essa questão não é da Bahia, mas do Brasil todo. Aqui ao lado, especificamente, eu acabei de tentar falar com um Deputado, no corredor, pelo telefone, e a ligação caiu 3 vezes.

A minha colocação é com relação ao FISTEL. Nós temos esse Fundo de Fiscalização, que é a Lei nº 5.070, de 1966, cuja finalidade é exatamente a execução da fiscalização dos serviços de telecomunicações.

Olhando o Orçamento Geral da União, vemos que, da dotação atualizada de 21,7 bilhões de reais, apenas 8,4 bilhões foram pagos na forma do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, de 2010 a 2013. Ou seja, 39,02%.

Os serviços de telecomunicações, realmente, são campeões no PROCON. As instituições que recebem mais reclamações são as de telecomunicações.

Aí eu pergunto, Sr. Ministro: o que o Ministro fez para ser eficiente em suas funções constitucionais? Esta é a questão: é interesse ou empenho, já que é uma execução muito pequena em relação àquilo que estava previsto no Orçamento, 39,02%? Porque o número de reclamações é muito grande.

Realmente, essa preocupação com a Copa, levantada pelo Deputado José Carlos Araújo, não é só com relação à Bahia. Aqui também em Brasília nós estamos



bastante preocupados. E acho que é uma preocupação do Brasil todo, como foi colocado também pelo Maranhão; porque lá também há a mesma situação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deputado Izalci, permita-me só um adendo a sua fala.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Até porque, na Copa, vai haver um tráfego diferente. O Deputado Ferro me perguntou se eu penso que vai haver mais gente na Bahia com a Copa do que no carnaval. Acredito que não. Mas o tráfego será diferente. Na época da Copa, o tráfego internacional vai ser muito grande. Esse é outro grande problema, também.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu fico com este questionamento do Fundo de Fiscalização, porque, realmente, eu acho que está faltando a fiscalização dessas empresas.

O SR. DEPUTADO WELLINGTON FAGUNDES - Eu só queria apresentar uma questão, rapidamente.

A todos os Estados que são subsedes da Copa é sempre normal a crítica de que lá não vai funcionar. Então, eu gostaria que o Ministro pudesse responder especificamente ao meu Estado de Mato Grosso, sobre se há algum problema em relação à área dele, na questão da Copa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Eu vou suspender a sessão por 2 minutos, e nós a retomaremos em seguida, para que cumpramos, de fato, algumas necessidades fisiológicas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, aproveitando o intervalo de 2 minutos, eu peço a palavra a V.Exa. para dizer que há um projeto do nosso colega, Deputado Silas, do qual sou relator. Já estamos há algum tempo com o relatório praticamente pronto, e lembro que aprovamos aqui um requerimento de audiência pública sobre a questão do projeto. A gente poderia marcar o mais rápido possível essa audiência pública, porque se trata de projeto muito importante, e a gente tem que fazer um bom debate ainda, antes de levá-lo à discussão.

É só isso. Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Vou registrar a solicitação de V.Exa., Deputado Izalci, e solicitar à Secretaria da Comissão que providencie



tudo, para que a gente possa, o mais breve possível, já marcar uma audiência pública para tratar de tema tão importante que V.Exa. relata aqui.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ótimo!

Eu quero, ao mesmo tempo, convidar todos os membros da Comissão, porque nós aprovamos aqui, na quarta-feira, um requerimento de audiência pública para tratar dos assuntos da EMBRAPA. Em Brasília, a situação da EMBRAPA é seriíssima! Um Governo que não reconhece uma EMBRAPA como o nosso... O pessoal da EMBRAPA está às voltas com uma notificação para desocupação de uma área de pesquisa — uma loucura! O Deputado Oziel aprovou também requerimento semelhante na Comissão de Agricultura, e nós faremos essa audiência pública em conjunto na Comissão de Agricultura. Então, quero convidar todos os Parlamentares que reconhecem e sabem da importância da EMBRAPA a estarem presentes a essa audiência, que será realizada no plenário da Comissão de Agricultura, de acordo com pedido do Deputado Oziel.

Portanto, está feito o convite a todos. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO OZIEL OLIVEIRA - Com certeza!

Eu gostaria também de reforçar essa questão, Presidente. Nós que vivemos num país agrícola, a estação da EMBRAPA daqui de Planaltina é muito importante para toda a área de pesquisa. E não podemos agora permitir que, com todo esse impacto ambiental que sofremos — e V.Exa. milita nessa área, até porque faz parte de um complexo —, 20 mil pessoas sejam levadas para uma área de experimento da EMBRAPA. Então, acho que precisamos debater isso com muita firmeza aqui.

E quero parabenizar o Deputado Izalci, que também participa conosco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - É um tema muito caro a todos nós. E tenho certeza de que nós faremos, sim, a audiência, no sentido de verificar isso, até por conta desse impacto ambiental que V.Exa. menciona.

Dando seguimento, então, à nossa audiência, solicito ao nobre Ministro Paulo Bernardo que faça suas considerações.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Obrigado, Presidente, pelo intervalo! (*Risos.*)



Quero agradecer aos questionamentos que foram feitos, que acho dão oportunidade para que a gente possa fazer uma reflexão sobre o que está avançando e no que nós precisamos avançar ainda, que é muito mais.

A propósito do que me perguntou o Deputado Weverton, e também depois do que os Deputados Araújo e Oziel haviam falado, eu queria falar mais detidamente sobre essa questão dos Distritos. Deputados, essa é a reclamação mais forte que eu tenho ouvido hoje do Congresso, de Prefeitos, de Vereadores, dos segmentos que representam a população, que vão nos procurar e falam: *“O senhor tem que resolver o problema de comunicação nas comunidades menores, principalmente nos Distritos”*. E por que não tem? Porque, quando foram feitas as licitações para a prestação de serviço de celular, não se colocou essa obrigação. Acho que é até explicável. O tamanho do Brasil, o número de Municípios, o tamanho do território... O que acontece? Quem fez as licitações disse: *“Vamos fazer a partir das grandes cidades, das regiões metropolitanas, para o interior”*. Então, em nenhuma licitação, até hoje, tinha sido incluída a obrigatoriedade de se fazer cobertura nos Distritos. A cobertura é feita nos Municípios-sede, num percentual mínimo, numa cobertura mínima, e até a certa distância do centro da cidade.

Quando nós fizemos a licitação para 4G, entendemos que, primeiro, esse vai ser um serviço que vai ter de avançar nos próximos anos, vai proporcionar uma comunicação de muito melhor qualidade nos grandes centros. Mas nós precisamos também começar a resolver esse problema das pequenas comunidades, particularmente os Distritos.

Então, na licitação, foi colocado o seguinte. Quem comprou a faixa de frequência para o 4G ficou com a obrigação de fazer a cobertura rural em determinada área. O Brasil foi dividido em regiões. Então, o Maranhão está na mesma região que a Bahia; e não é porque é o Nordeste, mas porque, para efeito dessa divisão, Maranhão e Bahia serão considerados do mesmo grupo. E o que é que acontece? As empresas ganharam, no final de 2012, quando elas assinaram o contrato — e tiveram o ano passado para se preparar —, e, este ano e em 2015, elas têm que implantar a Internet e telefone em todo o interior do Brasil, particularmente nos Distritos, no mínimo até 30 quilômetros do Município-sede. Tem alguns casos que nós vamos ter que resolver. Existem Distritos, principalmente na



Região Norte, a uma grande distância da sede. Não deve ser esse o caso do Maranhão, mas a Região Norte tem muitos Distritos que ficam a distâncias muito maiores. Então, nós vamos ter que dar outra solução. Mas isso vai permitir resolver o caso de milhares de comunidades.

O senhor está falando de Barra do Corda que tem um Distrito. Em alguns lugares, a cidade-sede já ficou menor que o Distrito, porque o Distrito se desenvolveu mais. Balsas é uma cidade grande, e isso não acontece.

Então, as empresas têm até junho um cronograma; depois, até o final do ano, têm outro; e até o final do ano elas têm de fazer a cobertura de toda essa área. E nós precisamos acompanhar isso. Inclusive, eu me comprometo com V.Exas. a fazer um levantamento. Já no ano passado, eu discuti a situação da Bahia e, conseqüentemente, a do Maranhão, porque são da mesma obrigação. E vamos até fazer uma viagem, vamos visitar lá. No dia em que a empresa estiver pronta para instalar uma torre e inaugurá-la em algum Distrito, vamos fazer uma visita lá e mostrar para o pessoal que isso está começando a ser feito. Essa é uma reivindicação que vem de longa data, que os Parlamentares nos têm cobrado e que nós vamos começar a resolver. Acho que é justo isso.

Então, essa questão, de fato, vai ser um avanço muito grande. Acho que daqui para o começo de 2016 — até o final do ano que vem é para estar resolvido — nós vamos ter uma mudança muito grande nessa questão. Eu não vim aqui ensinar padre-nosso a vigário, mas os políticos que nos cobram têm que bater bumbo também, porque essa é também uma reivindicação que merece a atenção de todos. Eu vou fazer um acompanhamento mais amíúde, vou informar a esta Comissão mais ou menos o cronograma. Inclusive, eu me disponho a ir ao Maranhão e à Bahia, não só para dizer o que vai acontecer, mas ver o que está acontecendo.

Com relação à Copa, a nossa preocupação mais premente era com o compromisso que nós assumimos, o de conectar os estádios, os centros de imprensa, as áreas de concentração com redes capazes de suportar a transmissão via televisão. E isso está praticamente resolvido. Nós tivemos alguns atrasos na Copa das Confederações, como tivemos agora também, porque alguns estádios são privados, enquanto outros são ligados ao poder público. E nós tivemos muita dificuldade de convencer o pessoal de que é preciso reservar uma sala para a



TELEBRAS, para que possa instalar seus equipamentos, de que é preciso haver instalação de antenas de celular nos estádios, porque, se você põe 40 mil pessoas num lugar e não tem antena, esqueça! não vai funcionar mesmo! É o que acontece no réveillon do Rio, no carnaval da Bahia, no 2 de Julho na Bahia. Se você não tiver infraestrutura, vai ter um monte de gente lá e as linhas não vão funcionar.

Particularmente, Deputado José Carlos Araújo, acho que, se alguém não conseguir fazer uma ligação de celular na hora ou não conseguir colocar a foto no *Facebook*, o jogo vai ser realizado do mesmo jeito e vai ser transmitido para o mundo inteiro, mesmo porque, na Copa de 1970, quando não se tinha celular, nós fomos campeões. Se nós temos que resolver o problema de qualidade do celular, não é por causa da Copa. Nós temos que resolvê-lo para o Brasil! Assim como a questão dos aeroportos. Tem gente que fala que aeroporto agora parece rodoviária, porque está cheio de gente. Ora, precisamos de aeroportos melhores, e não somente para o mês da Copa; nós precisamos de aeroportos melhores para o Brasil, para esse público que a eles cada vez mais ocorre.

Houve uma explosão no consumo do celular, num primeiro momento, e agora da Internet. E as pessoas contratam. No primeiro dia em que assinam o contrato, pegam o celular e vão logo navegar na Internet, numa alegria só. No outro dia, o consumidor fala: *“Mas está muito lento! Esse negócio aqui não está funcionando direito; não é igual à propaganda que fizeram!”* (Risos.) E já põem apelido na operadora, etc. Mas o fato é que nós precisamos melhorar o celular para o Brasil. O Brasil não tem mais volta. As pessoas querem usar esse serviço, e bem. Quem não tem fica revoltado! Então, nós precisamos resolver isso para o Brasil inteiro.

A Copa vai durar 1 mês. Se tiver um congestionamento de celular no estádio, o cara vai ficar bravo, vai xingar. Mas ele também vai ficar bravo se estiver no trânsito e também não conseguir usá-lo, ou se estiver no Distrito e não conseguir usá-lo. Então, nós precisamos resolver isso de vez. Aliás, sobre a Copa, foi resolvida finalmente uma questão. Os estrangeiros que vierem poderão, com o passaporte, habilitar linha de celular, até porque, se eles forem usar o celular de seu país de origem, vão pagar uma conta absurda, como a gente paga quando viaja. Se você for para a Europa e usar seu celular sem se preocupar, vai pagar uma conta violentíssima! Então o melhor é comprar uma linha daqui.



Quanto às questões do Deputado Izalci, de fato nós temos o problema do contingenciamento. Até teve um debate aqui, Deputado, sobre isso. O FUST nunca foi usado. Se foi usado, foram algumas pequenas dotações. O FUST inclusive tem um problema maior: foi feito para universalizar a telefonia fixa. Então, não faz mais sentido brigarmos por isso. A legislação do FUST tem que mudar. Esta Comissão, inclusive, tem acúmulo de matérias sobre isso.

A decisão que nós temos que fazer é a seguinte: o que podemos conseguir com esse contingenciamento e onde vamos aplicar. Claramente, tem que ser em infraestrutura, para podermos suportar as redes fixas ou móveis, a fim de expandir o serviço e dar qualidade. E isso não tem mais retorno também. As pessoas querem que o serviço funcione direitinho.

Peguemos como exemplo a ANATEL. A gente houve muitas críticas à ANATEL, como a de que a ANATEL era aparelhada pelas Teles, não sei mais o quê. Mas o fazem sem se debruçar sobre a produção da ANATEL nos últimos 2 anos. Deputado Paulo Foletto, V.Exa. pode ver que a ANATEL teve uma mudança extraordinária. A ANATEL está cuidando da qualidade, está monitorando a qualidade da Internet, está monitorando a qualidade do celular, está multando empresas, está dando duro. Em fevereiro, aprovou um regulamento para o consumidor com regras claras de cobrança, faturamento e transparência no atendimento ao consumidor. Isso veio para ficar. Mas as empresas ficam bravas, reclamam. Um dia desses, queriam entrar na Justiça contra o regulamento de cobrança. Entrem! Se o juiz não tiver celular, se ele não usar Internet, pode ser que elas consigam uma liminar; mas, se ele tiver um celular, vai usar da caneta e vai dizer que está muito certo fazer isso, porque elas têm que melhorar a qualidade. E a ANATEL está empenhada nisso. Então, mudou muito.

Deputado Wellington Fagundes, estamos preparando um balanço sobre os trabalhos que estão sendo preparados para a Copa, e vamos divulgá-lo. Não há problema. Em Cuiabá já está tudo resolvido; foi feito acordo para que sejam instalados os equipamentos no estádio. O problema maior que se tem hoje é no estádio do Rio Grande do Sul. Em São Paulo, até há poucos dias, não tinha acordo com o grupo que administra o Itaquerão. O de Curitiba é o mais atrasado em termos



de cronograma. Mas, mesmo com essa emoção toda, apostamos que vão resolver tudo isso a tempo. Vamos fazer um balanço nos próximos dias.

Deputado Weverton Rocha, quando a Deputada Margarida perguntou, eu disse que eram 700 avisos de licitação, mas, na verdade, são 1.800, sendo que 400 já outorgados. Na verdade, nós fizemos 1.800 avisos de rádio e celular. De fato, é melhor assim. D. Patrícia me mandou um SMS falando disso.

O Deputado Fernando Ferro pergunta sobre o Canal da Cidadania. Isso é uma coisa importantíssima! Eu vi que o Deputado Weverton Rocha anotou também a possibilidade de o poder público fazer uso de um canal de comunicação. Normalmente, nós temos feito isso em compartilhamento. A Prefeitura, a Câmara Municipal, o PROCON compartilham, até porque, para se produzir conteúdos para transmitir 24 horas por dia, demanda um gasto imenso! Normalmente, o compartilhamento ajuda muito. Temos em andamento para outorga 160 pedidos de Canal de Cidadania, no Brasil inteiro. O que vai acontecer é o seguinte. Não serão todas as Prefeituras que vão pedir. Mas o Município muito pequeno vai ficar de olho, e talvez essa despesa não compense. Os Municípios médios e grandes com certeza vão querer. Então, já está em andamento. Nós temos procurado divulgar e vamos divulgar mais um pouco.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Os que não forem usados serão devolvidos para serem ofertados de novo.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Exatamente. A TELEBRAS, eu fiz um balanço, está com 16.700 quilômetros de rede de fibra ótica em operação. Aumentou, no ano passado, quase 5 mil quilômetros. Com os investimentos que nós tivemos para a Copa, a TELEBRAS antecipou em praticamente 5 anos seus investimentos. Hoje, nós estamos com rede sobrando. Precisamos fazer ramificações e projetos para usá-las, porque foram feitas com muita serenidade. Portanto, temos muita rede disponível.

Quanto as suas questões sobre comunicações, estou de pleno acordo. Eu acho que há um dinamismo muito grande, ao qual nós precisamos estar atentos e dar vasão. V.Exa. citou o campeonato de futebol no Nordeste. Esses dias, eu vi a notícia de que, nos Estados Unidos, fizeram um campeonato de *videogame on line*, e, num determinado dia, não sei na final, foram 37 milhões de telespectadores,



número comparável à final do baseball. Isso está acontecendo aqui também. Se você olhar o que está acontecendo com a audiência da televisão, vai ver que tem uma diminuição gradativa e consistente, porque as pessoas estão indo para a TV por assinatura, para *games*, para a Internet, estão diversificando. Então, esse fenômeno do campeonato de futebol é muito ilustrativo. Por quê? Porque tem produção local. Aliás, as nossas licitações de rádio e televisão agora têm critério de desempate na pontuação: quem oferecer mais produção local e regional leva vantagem para ganhar a licitação.

Foram essas as questões feitas, Sr. Presidente, e eu paro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Sr. Ministro, agradeço a V.Exa. Se quiser fazer suas considerações finais, em seguida, finalizaremos esta audiência.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Eu só quero agradecer, mais uma vez, o convite e as questões colocadas. Como nós falamos de tantas coisas, várias ficaram em aberto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Ministro, uma questão antes de terminar. V.Exa. tem falado muito em telefonia fixa, que está chegando ao fim e à exaustão. Recebi alguns pedidos que me chamaram à atenção. Em alguns distritos pequenos, o investimento para telefonia celular é alto. Alguns da Bahia me telefonaram e me perguntaram se não poderia ser instalado um orelhão.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - Claro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Poderia se fazer um programa para os distritos menores que não vão ser atendidos tão cedo pela telefonia celular, porque o investimento é alto. Talvez seja mais fácil colocar orelhão nesses locais que estão precisando de comunicação. Recebi três pedidos, no Sertão da Bahia, na Chapada Diamantina, na véspera de viajar, exatamente nessa linha.

O SR. MINISTRO PAULO BERNARDO SILVA - O senhor, por favor, nos encaminhe, que nós vamos avaliar.

Eu estava dizendo que ficaram várias questões — da Deputada Rebecca Garcia, do Deputado Oziel Oliveira, do Deputado Weverton Rocha — para a gente continuar conversando.



O SR. DEPUTADO WEVERTON ROCHA - O chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério das Comunicações, Cristian Cunha, já nos procurou e deixou os contatos. Vamos entregá-los. Aproveito para parabenizá-lo pela agilidade de já ter se colocado à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Tripoli) - Sr. Ministro, eu queria dizer que nossa audiência ultrapassou mais de 3 horas, o que demonstra o alto grau de interesse da Comissão pela Pasta que V.Exa. dirige. Assim sendo, eu queria lhe agradecer muito o fato de não só ter comparecido, mas a maneira tão delicada e simpática com que se portou, com certeza, até por ter um passado parlamentar — conhece bem a Casa, os cacoetes da Câmara Federal.

Gostaria de agradecer também aos internautas que acompanharam esta reunião, às Sras. e aos Srs. Parlamentares, ao corpo de assessores e profissionais de imprensa que compareceram e a V.Exa., em especial, pela forma gentil com que atendeu prontamente ao nosso convite.

Antes de encerrar, comunico que o próximo evento da Comissão será na próxima terça-feira, dia 1º de abril, audiência pública com o tema *O acesso de autoridades às informações relativas à localização de aparelhos de telefonia celular*, por requerimento da deputada Margarida Salomão.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença a todos, dou por encerrada esta audiência pública.

Muito obrigado.